

Anexo 1

Exemplos Selecionados do Clipping Censo 2010

20/10/2010

20/10/2010 - 03:57

Escravizados produziram coletes de recenseadores do IBGE

Vencedora da licitação dos 230 mil coletes deixou quase toda a produção (99,12%) para terceiros. Um deles, que não tinha nem registro básico, repassou parte da demanda para oficina que mantinha trabalho escravo

Por Bianca Pyl* e Maurício Hashizume

São Paulo (SP) - Coletes de recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram feitos por imigrantes submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão. Vencedora da licitação de R\$ 4,3 milhões para a produção de 230 mil peças, a empresa F. G. Indústria e Comércio de Uniformes e Tecidos Ltda., com sede em Londrina (PR), terceirizou quase toda a produção (99,12%) da vestimenta que identifica agentes que continuam coletando informações do Censo 2010 em todo o país.

Uma das acionadas pela F.G. para confeccionar um lote das peças em Guarulhos (SP) acabou repassando parte da demanda para outra oficina de costura precária localizada na Zona Norte da capital paulista, onde exemplar do colete do IBGE foi encontrado. O edital de licitação dos coletes, de acordo com o próprio órgão federal responsável, não prevê subcontractações.



Quando chegou ao complexo de oficinas, fiscalização flagrou boliviano vestindo colete (Foto:BP)

A descoberta se deu a partir de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP), acompanhada pela **Repórter Brasil**, que inspecionou, em 11 de agosto, um complexo de oficinas no bairro paulistano da Casa Verde conhecido como "*La Bombonera*". A alcunha - que

remete ao conhecido estádio de futebol do clube argentino Boca Juniors, de Buenos Aires - foi atribuída por causa da quadra de futebol de salão instalada na parte alta da edificação, ponto de encontro de partidas entre times formados por imigrantes sul-americanos todos os domingos.

Durante a fiscalização do complexo, um dos donos de oficina vestia um colete de recenseador do IBGE, em pleno período de coleta de dados. Ao ser questionado a respeito da peça, o boliviano Willy Perez Mamani confirmou ter fabricado 3 mil unidades da peça que vestia. O lote, segundo ele, teria sido entregue um dia antes (10 de agosto). "Não emiti nenhuma nota fiscal. O pedido foi feito por outro dono de oficina. Ele tinha pressa e deu um prazo muito curto", admitiu Willy na ocasião. No local, foram encontradas partes do colete, como o bolso com o endereço do site (www.ibge.gov.br) e o número gratuito de telefone (**0800-7218181**) para informações sobre o Censo 2010 (*veja foto abaixo*). Willy, que declarou receber cerca de R\$ 1 por peça costurada em seu "estabelecimento", confidenciou que, no caso específico dos coletes do IBGE, o pagamento foi de R\$ 1,80 por conta do exíguo prazo da encomenda.

O quadro em que os 15 empregados da oficina de costura sob gestão de Willy se encontravam foi caracterizado pelos auditores fiscais como de escravidão contemporânea por causa da grave degradação do ambiente de trabalho, além da jornada exaustiva. "Na parede da oficina, há um quadro com os horários de trabalho (das 6h50 às 20 horas). Por conta da urgência na entrega da encomenda [dos coletes confeccionados para os recenseadores do IBGE], esse passou a ser o horário mínimo", explica Elcio Antônio do Prado, da SRTE/SP, que participou da operação no complexo "*La Bombonera*".



Auditores fiscais encontraram partes soltas do colete utilizado pelos recenseadores (Foto: BP)

Todas as 15 pessoas vindas da Bolívia que trabalhavam na oficina - "registrada" como Willy Perez Mamani Confeccões ME - estavam em situação irregular no Brasil. Apenas Willy, o comandante da oficina, possuía visto. Para produzir os coletes do Censo 2010, os empregados foram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho, que se iniciavam às 7h da manhã e se estendia até 22h, de segunda à sexta-feira e, aos sábados, das 7h às 13h. Entre uma jornada e outra, não havia intervalo mínimo de 11h, previsto em lei.

Uma das funcionárias da oficina de Willy revelou à **Repórter Brasil** que a rotina foi mesmo "mais puxada" no período de confecção dos coletes. Segundo ela, não houve nenhum bônus pela intensificação do trabalho. Há apenas alguns meses no Brasil, a jovem com menos de 30 anos afirmou ter alcançado a cidade de São Paulo (SP) de ônibus, pela rota que passa por Corumbá (MS).

"Em La Paz [capital da Bolívia], eu recebia no máximo o equivalente a R\$ 150. Aqui eu ganho R\$ 500", contou. Caso esse tenha sido mesmo o salário mensal recebido por ela, a remuneração ainda ficou abaixo do piso salarial para iniciantes não-qualificadas da categoria das costureiras de São Paulo e Osasco (R\$ 620) e do salário mínimo em vigor (R\$ 510). Na manhã do dia da fiscalização, a boliviana confeccionou 26 peças em quatro horas (das 7h às 11h). Ela não emitiu reclamações acerca do ritmo de produção e disse que pretende voltar ocasionalmente para Bolívia apenas para visitar a mãe.

Quadro encontrado

Foram 30 autos emitidos à F.G. por conta de infrações flagradas no local. Além dos diversos problemas citados anteriormente, a SRTE/SP identificou a ocorrência de prática discriminatória e limitativa de acesso e manutenção de emprego (devido à exploração exclusiva de mão de obra de imigrantes vulneráveis em situação irregular), o não pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o desconto nos salários dos empregados. Apenas o rombo do FGTS não pago em todos os níveis ultrapassa R\$ 310 mil. Somados, os valores devidos por conta dos autos superam R\$ 510 mil.

Willy calculou gastar cerca de R\$ 300 por pessoa para bancar a alimentação e a moradia de seus empregados. As refeições consistiam invariavelmente em pratos de arroz, feijão, batata e frango. No café da manhã e da tarde, café, chá e biscoitos. Ele negou que tenha havido qualquer desconto no valor dos salários. Nas palavras do dono da oficina, os vencimentos eram de R\$ 600 a R\$ 700 mensais,

conforme o volume produzido. O patamar é superior ao que os próprios funcionários relataram receber: não mais que R\$ 500.



Alojamentos familiares e locais de trabalho se misturavam na edificação "La Bombonera" (Foto:BP)

De acordo com o auditor Elcio, apesar da negativa de ambos os lados, os descontos nos salários dos costureiros são evidentes. "O dono da oficina tem de arcar com aluguel, alimentação etc. Como o valor que cada um recebe por peça costurada é muito baixo, esses custos acabam sendo pagos pela parcela tirada dos próprios trabalhadores mesmo", explica.

As condições de segurança e saúde encontradas no local também eram muito precárias. Em função das instalações elétricas irregulares, os fios ficavam expostos. Não havia extintores de incêndio. As instalações sanitárias coletivas não eram separadas por sexo, além da péssima manutenção, sem higiene. A ventilação era insuficiente e a iluminação, inadequada. O espaço para as refeições era inexistente, assim como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). As cadeiras eram improvisadas. Em decorrência das longas jornadas, a falta de equipamentos adequados poderia acarretar em sérios problemas de saúde para os trabalhadores.

Os alojamentos se confundiam com os limites do local de trabalho: sete pequenos quartos ocupados por famílias inteiras, situados ao longo do corredor que faz ligação entre as oficinas de costura e a cozinha coletiva. Uma infestação de piolhos, que afetava principalmente as crianças, dava provas da falta geral de higiene e dos riscos à saúde presentes no complexo.

No caso da oficina de Willy, a libertação - como costuma ocorrer nos casos de trabalho análogo à escravidão no meio rural - não foi efetuada por um conjunto de motivos. Primeiro, porque muitas famílias de migrantes, principalmente oriundos da Bolívia, convivem e estão estruturadas (com móveis, aparelhos eletrônicos etc.) no espaço fiscalizado. Filhos e filhas de costureiras e costureiros frequentam a rede pública educacional da região. Ao final do dia de inspeção no imóvel de quatro andares e habitações plurifamiliares precárias, integrantes da fiscalização presenciaram o retorno de muitas crianças ao complexo de oficinas vestindo uniformes escolares.

"Vidas familiares e profissionais estão completamente misturadas nesses espaços. É muito complicado retirar um trabalhador do local", explica o auditor Renato Bignami, que coordenou a operação como parte do programa do [Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confecções](#). Representantes da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público Federal (MPF) e dois juizes do Trabalho compuseram a comitiva que esteve na Casa Verde. Para ele, a opção pelo resgate compulsório deve ser considerada em casos mais extremos de violência e risco ou de cerceamento da liberdade de ir e vir.

O coordenador destaca ainda que cidadãos e cidadãs de nacionalidade boliviana foram contemplados pelo [Decreto 6975, de 7 de outubro de 2009, que promulgou o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul \(Mercosul\), Bolívia e Chile](#). Com isso, a permanência provisória de argentinos, uruguaios, paraguaios, bolivianos e chilenos no Brasil está autorizada. Os únicos impedimentos para a concessão do visto temporário de dois anos que continuam a valer são antecedentes penais ou policiais. Para completar, Renato realça que não há procedimentos definidos para as libertações de trabalho escravo em ambiente urbano, ainda mais quando se trata de episódios específicos que envolvem trabalhadores migrantes estrangeiros. Não existe tampouco estrutura pública de abrigo provisório que possa acolher essas famílias caso houvesse o chamado resgate.



Jornada efetiva de trabalho extrapolava horários marcados em papel fixado na parede (Foto: BP)

Repasses de demandas

Para dar continuidade à fiscalização, auditores fiscais visitaram as instalações da oficina terceirizada intermediária que repassou a encomenda dos coletes para o boliviano Willy. A então "empresa" Milton Borges Ferreira - Confeccões EPP, com base em Guarulhos (SP), recebeu a tarefa de segunda mão que deveria ser cumprida originalmente pela vencedora única da licitação realizada pela Fundação IBGE: a F.G. Ind. e Com. de Uniformes e Tecidos Ltda.

Uma das escolhidas no processo de terceirização engendrado pela F.G., a oficina do Milton recebeu a incumbência de confeccionar 51 mil coletes ao preço de R\$ 5 por peça (totalizando R\$ 255 mil). O acerto se deu na base da informalidade, já que naquela época o processo de abertura e legalização do empreendimento de Milton não estava sequer concluído. Mesmo assim, segundo depoimento deste último, funcionários do IBGE chegaram a fazer a separação dos coletes para entrega nos Estados na própria oficina em Guarulhos (SP).

A intermediária foi fiscalizada em 1º de setembro e mais exemplares do colete do IBGE foram encontrados no recinto. Dos 13 empregados, nenhum era costureiro e todos estavam sem registro formal na Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CTPS). Apesar de ter recebido a volumosa encomenda de dezenas de milhares de coletes, a modesta oficina dispõe apenas de três máquinas de costura utilizadas somente para a costura de botões e etiquetas.

Milton admitiu ter subcontratado outras oficinas como a de Willy para cumprir a fabricação das 51 mil peças até 15 de agosto. A nota fiscal para a F.G. foi emitida só no dia 30, pois a liberação da Inscrição Estadual da empresa intermediária ainda estava pendente. De acordo com fiscalização, o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da oficina do Milton saiu perto do dia 11 de agosto, depois do recebimento da encomenda por parte da F.G. Ou seja, a empresa vencedora da licitação - proibida de subcontratar segundo o próprio IBGE - não só repassou para várias outras empresas espalhadas pelo país, como também terceirizou para uma empresa sem registro.

A SRTE/SP também foi até Londrina (PR) para visitar a sede da F.G., que venceu o Processo Licitatório nº 03601.000418/2009-82, por meio do Pregão Eletrônico nº 136/2009 da Fundação IBGE. Responsável direta pela produção de 230 mil coletes para recenseadores de todo o país em 60 dias corridos, a empresa funciona em um galpão com apenas 15 máquinas de costura, duas mesas de corte e molde de tecidos, uma pequena área de acabamento de peças, e um escritório simples. Dos 24 empregados da F.G., metade estava sem registro. Os auditores fiscais constataram ainda que a FG retinha as carteiras de trabalho de seus empregados, sem efetuar o registro no prazo de 48h. A cozinha utilizada pelos empregados era improvisada na garagem.

A reportagem tentou obter as posições da F.G., mas não conseguiu apresentar as questões relativas ao caso aos representantes das empresas. De acordo com a SRTE/SP, a F.G. informara que o IBGE "teria dado respaldo à descentralização da confecção dos coletes, vistoriando e monitorando, em conjunto com

o pessoal da F.G, a infraestrutura dos contratados, obtendo um padrão técnico e legal, o que teria possibilitado a agilização da produção e a flexibilização da logística de entrega dos materiais encomendados".

Durante o processo de pregão eletrônico, o primeiro lance apresentado pela F.G. foi de R\$ 52,34 para cada colete confeccionado. A proposta final vencedora da mesma empresa foi de R\$ 18,70 por peça. Para produzir o lote de 51 mil coletes, a oficina do Milton, que ainda funcionava às margens da legalidade em Guarulhos (SP), foi contratada para receber R\$ 5 por colete. Milton, por sua vez, distribuiu parte da demanda para o boliviano Willy e pagou R\$ 1,80. "Fazendo este cálculo, é possível verificar que não houve distribuição de recursos [ao longo da cadeia]. O lucro ficou nas mãos da FG e não chegou aos trabalhadores [que efetivamente confeccionaram as peças]", analisa Renato, da SRTE/SP.



Condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva faziam parte da rotina na oficina (Foto:BP)

Responsabilidades dos envolvidos

A F.G. foi notificada a providenciar a regularização dos vínculos empregatícios de todos os trabalhadores flagrados na cadeia produtiva da qual faz parte, considerando a sede, a intermediária Milton Borges Ferreira Confeccões EPP e a oficina de costura Willy Perez Mamani Confeccão ME.

O IBGE também foi notificado para que o pagamento dos recursos que porventura ainda estivessem pendentes do contrato com a F.G. fosse suspenso até que os valores que a vencedora da licitação mantêm em aberto com o FGTS fossem devidamente quitados. "A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deveria zelar pelo correto, integral e sistemático cumprimento do contrato de fornecimento dos coletes IBGE censo 2010, notadamente nos seus aspectos trabalhista, previdenciário e fiscal, tendo em vista tratar-se de confecção de peças de vestuário remunerada pelo Erário Público e que envolve a geração de emprego e renda, itens básicos para o progresso econômico do Brasil, desde que respeitados os preceitos do Trabalho Decente, constantes do Plano Nacional do Trabalho Decente, de natureza pública e de conhecimento de todos os entes da Administração Pública", destaca o relatório da fiscalização.

O instituto informou à **Repórter Brasil** que já recebeu a notificação e que a chegada do documento foi posterior ao pagamento total de R\$ 4,3 milhões feito à empresa contratada. De acordo com o IBGE, a F.G. apresentou todos os comprovantes exigidos (documentação jurídica, atestados relativos à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira) e venceu a licitação pelo critério de menor preço ofertado.

Um dos itens para impedir a participação no processo de empresas sem estrutura para cumprir o contrato é a exigência de comprovação de Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido no valor igual os superior a R\$ 1,2 milhões. A F. G não comprovou, mas apresentou, conforme o IBGE, índices de Solvência Geral (SG), de Liquidez Geral (LG) e de Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,00 - comprovados através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) -, o que dispensa a exigência anterior. Já o atestado de capacidade de produção (80 mil uniformes, em média, por ano) em favor da F.G. foi emitido pela Qualix Serviços Ambientais Ltda., de São Paulo (SP). A **Repórter**

Brasil também entrou em contato com a Qualix para obter mais detalhe sobre a emissão do atestado, mas não obteve retorno da empresa.

Ainda segundo o IBGE, o referido edital seguiu a Lei das Licitações (8.666/93) e foi previamente submetido e aprovado pela Procuradoria Federal no órgão. Com o documento assinado pela Qualix, a F. G. pôde se enquadrar à exigência estabelecida de capacidade de produção de percentual mínimo de 20% do total dos materiais licitados. "A exigência de atestado com a totalidade do objeto licitado [230 mil peças] praticamente restringiria ou mesmo inviabilizaria a participação de empresas especializadas, visto que não é comum a aquisição de um volume dessa natureza em certames licitatórios", justifica o instituto.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Coordenação de Recursos Materiais

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00136/2009 (SRP)

Às 09:01 horas do dia 22 de dezembro de 2009, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA 2009 de 25/09/2009, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 03601000418200982, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00136/2009. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Coletes para o Censo 2010. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: COLETE IDENTIFICAÇÃO
Descrição Complementar: COLETE IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL TECIDO, TIPO TECIDO 75% POLIÉSTER E 25% VISCOSE, QUANTIDADE BOLSOS 2 FRONTAIS, VISOR PARA CRACHÁ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CINTO REGULADOR NAS LATERAIS, CONFORME MODELO ÓRGÃO, COR AZUL MARINHO, TAMANHOS
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 230.000
Valor estimado: R\$ 52,3400
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso
Aceito para: MAISON DOS UNIFORMES LTDA, pelo melhor lance de R\$ 18,6000 e a quantidade de 230.000 UNIDADE.

Subcontratações não estão previstas em edital de licitação, confirma IBGE (Foto: Reprodução)

O edital de confecção dos coletes para os recenseadores do Censo 2010 estabelece a obrigatoriedade de que as propostas de preços apresentadas pelas empresas contenham declaração expressa de que os valores ali contidos devem incluir todos os custos e despesas para o cumprimento integral do seu objeto, tais como tributos incidentes, encargos sociais e trabalhistas e outros. Mas, para o IBGE, simplesmente "não é da competência do órgão fiscalizar condições de trabalhar junto às empresas fornecedoras".

O contrato com a F. G., responde o IBGE, foi gerido pelo funcionário Eduardo Alberto de Novais Alves, da Coordenação Operacional dos Censos, que inclusive chegou a visitar a unidade de produção da empresa F. G. em Londrina (PR) e "constatou a existência das instalações de confecção têxtil, estoques de matérias primas e a efetiva produção dos coletes".

É reiterado pelo instituto: que o edital de licitação não abre margem para qualquer tipo de subcontratação por parte da empresa vencedora. Reconhece, contudo, que "teve conhecimento de que uma unidade de Guarulhos produziu parte da encomenda". Além disso, as entregas dos coletes deveriam ser feitas pela F. G. diretamente nas unidades do IBGE. "Contudo, em razão dos atrasos registrados no cronograma de entrega e a constatação de que a empresa não dispunha de frota própria para fazer as entregas com exclusividade e, assim, dependia de contratação de serviços de transportadoras para efetivar as entregas e, com isso, reduziria a possibilidade de controle dos prazos e colocava em risco as datas fatais para a distribuição em todos os locais (Postos de Coleta), o IBGE, visando reduzir as implicações (atraso no início dos trabalhos do Censo 2010), que teriam fortes impactos negativos para a operação, decidiu retirar por meios próprios os coletes na unidade de produção, em Guarulhos". O endereço de retirada do material apresentado pelo IBGE coincide com o imóvel onde funciona a oficina do Milton, vistoriada pela SRTE/SP.

Segundo a instituição federal, "há registros desses deslocamentos e seus custos foram levantados com o objetivo de subsidiar os cálculos da multa pecuniária a ser aplicada, conforme previsto no edital". O processo está em análise na Diretoria Executiva do IBGE e a multa pecuniária pelo descumprimento parcial do contrato ainda não foi definida. O instituto insiste que "todas as obrigações e condições para a execução contratual são de exclusiva responsabilidade da empresa F. G., a qual, inclusive, está passível de aplicação de penalidades por descumprimento de qualquer condição contratual".

Embora a capacidade de produção de ao menos 20% dos 230 mil coletes tenha sido estabelecida como critério para a escolha da proposta vencedora, a F. G., que recebeu R\$ 4,3 milhões pelo contrato firmado com o IBGE, não chegou a produzir efetivamente nem 2% das peças utilizadas pelos recenseadores, segundo apuração da SRTE/SP. Outras quatro empresas - em Santo Antônio da Platina (PR), em Paraguaçu Paulista (SP), em Cerquilha (SP) e em Guarabira (PB) - também fizeram contrato de fornecimento de coletes para a F.G. A operação iniciada no dia 11 de agosto ainda envolve outras marcas e redes varejistas do setor de confecções. Contudo, as investigações das outras cadeias produtivas ainda não foram concluídas.

**A jornalista da Repórter Brasil acompanhou a fiscalização da SRTE/SP como parte dos compromissos assumidos no Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confecções*

20/10/2010 - 10h27

Fiscais do Ministério do Trabalho autuam fábrica de colete do Censo

PUBLICIDADE

CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO

Fiscais do Ministério do Trabalho notificaram o IBGE e autuaram a empresa que venceu a licitação para fabricar 230 mil coletes do Censo 2010, após encontrarem trabalhadores em condições consideradas degradantes em oficina que prestava serviço na produção das peças.

Entre as condições apontadas, estão prática de jornadas exaustivas (acima de 12 horas, como prevê a lei), riscos à saúde e insegurança no local de trabalho.

A empresa FG (vencedora da licitação), sediada em Londrina (PR), recebeu 30 autos de infração que somam R\$ 512,68 mil. Desse total, R\$ 314,45 mil se referem à sonegação de FGTS.

Se a FG não quitar esses valores, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) será responsável pelo recolhimento, diz Luis Alexandre de Faria, coordenador do Grupo de Combate à Terceirização Irregular do MTE em São Paulo.

Pelo contrato de licitação firmado no final do ano passado com o IBGE, a indústria FG recebeu R\$ 4,3 milhões para executar o serviço e fornecer os coletes do Censo.

Após receberem denúncia de trabalho irregular no bairro da Casa Verde Alta (zona norte de São Paulo), os fiscais encontraram 15 bolivianos (parte deles ilegal no país) sem registro, costurando em um cômodo de um prédio de três andares que abrigava um complexo de oficinas de costura.

A **Folha** acompanhou no dia 11 de agosto o trabalho dos fiscais junto com representantes da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, da Justiça do Trabalho e da Secretaria estadual da Justiça.

Um dos fatos que mais chamaram a atenção foi que o dono da oficina usava um colete do Censo 2010 como os dos recenseadores.

"Fomos contratados pela confecção Milton Borges Ferreira para fazer parte dos coletes [3.000] e já entregamos a encomenda", afirmou, na ocasião, o boliviano Willy Perez Mamani, dono da oficina. Em visita à confecção, em Guarulhos (SP), os auditores do MTE também encontraram oito empregados sem registro em carteira.

Luiz Carlos Murauskas/Folhapress



Auditores verificam condição de trabalho em oficina de costura na zona norte paulistana

DESPISTE

Para despistar a fiscalização, um aviso colado na parede dizia que o horário de trabalho era das 7h às 19h, com intervalos de 45 minutos para café da manhã e uma hora para almoço.

Alguns dos bolivianos relataram à Folha que, quando costuravam os coletes, trabalharam das 7h às 22h, com intervalo de 15 minutos para almoço e jantar, com remuneração de R\$ 500 (inferior ao salário mínimo).

"O local de trabalho se misturava ao de moradia das famílias, das crianças, sem espaço de refeição, com instalações elétricas precárias, sem condições sanitárias adequadas, sem ventilação. Faltam condições dignas de trabalho", diz Renato Bignami, chefe da fiscalização do MTE em São Paulo.

O relatório da fiscalização será encaminhado a Receita Federal e secretarias da Fazenda paulista e paranaense para apurar sonegação de impostos, uma vez que parte das encomendas foi feita, segundo os fiscais, sem nota.

OUTRO LADO

O coordenador de recursos materiais do IBGE, Waldir Fortunato Jr., declarou que o instituto cumpriu todas as regras previstas na lei de licitações para contratar a empresa FG, autuada pelo Ministério de Trabalho.

"Nossa relação é contratual com a FG. Ela participou do pregão eletrônico, que é a modalidade preferencialmente usada pelos órgãos públicos no processo licitatório. E, dentro do pregão, foi possível aferir a capacidade de produção da empresa para fornecer os coletes. Cumprimos tudo o que a legislação determina."

O coordenador acrescentou: "O IBGE não contratou uma prestação de serviço, mas o fornecimento de produtos. O IBGE tem responsabilidade pelo produto".

Fortunato Jr. disse que os R\$ 4,3 milhões foram pagos à FG quando ela terminou a entrega dos coletes, o que o impede de acatar a sugestão da fiscalização de interromper o pagamento até que a FG recolha os valores de FGTS e pague os autos de infração.

"Se for apurada sonegação fiscal, deve ser imputada à empresa responsável pela terceirização irregular, não ao instituto", afirmou.

O coordenador afirmou ainda que "compete aos órgãos de controle, como o Ministério do Trabalho e o das Relações Exteriores, apurar as irregularidades e cobrar as responsabilidades sobre essa questão".

A FG, empresa paranaense que venceu a licitação, informou que já recorreu dos 30 autos de infração aplicados pela fiscalização e que apresentou toda a documentação que prova que sua situação fiscal é regular.

"Só tomamos conhecimento pelos fiscais da situação [de trabalho irregular]. Nossa empresa não tem nada a ver com as empresas terceirizadas. Pagamos R\$ 255 mil para a Milton Borges Ferreira Confecções, de Guarulhos, fazer 51 mil coletes", afirmou Claudenilson Gonçalves Daniel, um dos sócios da FG.

Segundo o empresário, ele atua no ramo de confecções de uniformes "há mais de 20 anos" e "nunca tivemos problemas, o que até nos impediria de participar das licitações". Essa foi a primeira vez, segundo ele, que contratou a confecção de Guarulhos para auxiliar na fabricação de peças. "Ela não está entre nossos fornecedores assíduos."

Ferreira, proprietário da confecção que subcontratou a oficina de Willy Perez Mamani, afirmou que teve 45 dias para fabricar os coletes para a FG. "Sempre trabalhei com cerca de 12 a 13 oficinas e nunca tive problemas."

Após a fiscalização, ele registrou oito empregados que eram temporários (sem carteira). "Agora só trabalho na legalidade."

[Mercado](#) > Fiscais do Ministério do Trabalho autuam fábrica de colete do Censo

22/10/2010

22.10.10 às 01h44

Vote nessa notícia ★★★★★

Fraudes atrapalham Censo

Recenseadores dão residências como vagas e tentam receber sem entrevistar morador

POR MICHEL ALECRIM

Rio - Fraudes cometidas por recenseadores estão dificultando a conclusão do Censo do IBGE, cujo período de coleta termina no fim do mês. Em vez de insistir para encontrar morador, muitos contratados preferem dar a residência como vaga, mesmo havendo indício de ocupação. Até em sites de relacionamento os maus profissionais ensinam como burlar a pesquisa.

No Estado do Rio, por conta de sinais de fraudes, 7 mil dos 28 mil setores censitários estão passando por revisão. Segundo o chefe da Unidade estadual, Romualdo Rezende, o índice de 10% de domicílios fluminenses vagos está muito acima do esperado. Em alguns lugares, onde houve a volta do supervisor o número de moradores subiu. “Constatamos o problema e bloqueamos logo o pagamento nesses setores”, afirma Rezende.

A população pode ajudar a combater as fraudes, procurando o IBGE caso a pessoa não tenha recebido visita de recenseador. Além do número gratuito 0800-721-8181, o instituto disponibilizou o endereço na Internet www.censo2010.ibge.gov.br/cadastro_ao_recenseado.php. O morador receberá resposta em até 48 horas.

Por conta da dificuldade de se encontrar alguém em casa, recenseadores têm marcado no PDA (computador de mão) a opção “domicílio vago”, como se ninguém morasse ou ocupasse sequer eventualmente o imóvel. Sem medo de punição, alguns confessam a fraude em sites de relacionamento e ensinam os outros a cometerem a irregularidade para receber o pagamento mais rapidamente.

Na comunidade do Orkut “IBGE - Recenseadores 2010”, o usuário identificado como Ordo Skirata diz que “tem gente que não quer atender de jeito nenhum e não quero perder a oportunidade de pegar mais um setor para trabalhar”. Roberto, de Olinda (PE), debocha em português ruim: “Já já axo que coloco como vago”.

Meriti apela para quem não respondeu

A prefeitura de São João de Meriti, na Baixada, está fazendo campanha para que os

moradores respondam ao Censo. Até o telefone de supervisores do IBGE foram divulgados. A cidade contabilizou 431.504 habitantes (92% da estimativa), mas o prefeito Sandro Matos acredita que o total é superior a 500 mil.

“Além dos dados estatísticos, o principal é o aspecto financeiro. Receberíamos mais verbas e a população precisa ajudar”, ressalta Matos.

No estado, 92% da população (14,7 milhões) já foram recenseados pelo IBGE. No País, a cobertura está em 95% (181,7 milhões).

04/11/2010

Censo 2010 contabiliza mais de 185 milhões de residentes no país

Data: 04/11/2010

Fonte: G1Globo

Assunto: Censo 2010

Autor: Redação

Dado foi publicado no Diário Oficial da União nesta quinta (4).
Número é parcial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Country or Territory	
Algeria	1 100.00
Andorra	50.00
Antigua and Barbuda	1 000.00
Argentina	1 000.00
Australia	1 000.00
Austria	1 000.00
Bahrain	1 000.00
Bangladesh	1 000.00
Barbados	1 000.00
Belarus	1 000.00
Belgium	1 000.00
Belize	1 000.00
Benin	1 000.00
Bhutan	1 000.00
Bolivia	1 000.00
Bosnia and Herzegovina	1 000.00
Botswana	1 000.00
Brazil	1 000.00
Bulgaria	1 000.00
Burkina Faso	1 000.00
Burundi	1 000.00
Cambodia	1 000.00
Cameroon	1 000.00
Canada	1 000.00
Cape Verde	1 000.00
Central African Republic	1 000.00
Chad	1 000.00
Chile	1 000.00
China	1 000.00
Cyprus	1 000.00
Czechia	1 000.00
Dominica	1 000.00
Dominican Republic	1 000.00
Ecuador	1 000.00
Egypt	1 000.00
El Salvador	1 000.00
Equatorial Guinea	1 000.00
Eritrea	1 000.00
Estonia	1 000.00
Ethiopia	1 000.00
Fiji	1 000.00
Finland	1 000.00
France	1 000.00
Gabon	1 000.00
Gambia	1 000.00
Germany	1 000.00
Ghana	1 000.00
Greece	1 000.00
Guatemala	1 000.00
Guinea	1 000.00
Guinea-Bissau	1 000.00
Haiti	1 000.00
Honduras	1 000.00
Hungary	1 000.00
Iceland	1 000.00
India	1 000.00
Indonesia	1 000.00
Iran	1 000.00
Ireland	1 000.00
Israel	1 000.00
Italy	1 000.00
Jamaica	1 000.00
Japan	1 000.00
Jordan	1 000.00
Kazakhstan	1 000.00
Kenya	1 000.00
Kiribati	1 000.00
Korea	1 000.00
Kuwait	1 000.00
Kyrgyzstan	1 000.00
Laos	1 000.00
Latvia	1 000.00
Lebanon	1 000.00
Lesotho	1 000.00
Lithuania	1 000.00
Luxembourg	1 000.00
Macao	1 000.00
Madagascar	1 000.00
Mali	1 000.00
Maldives	1 000.00
Mexico	1 000.00
Moldova	1 000.00
Mongolia	1 000.00
Montenegro	1 000.00
Morocco	1 000.00
Mozambique	1 000.00
Myanmar	1 000.00
Nepal	1 000.00
Netherlands	1 000.00
New Zealand	1 000.00
Nicaragua	1 000.00
Niger	1 000.00
Nigeria	1 000.00
North Macedonia	1 000.00
Norway	1 000.00
Oman	1 000.00
Pakistan	1 000.00
Panama	1 000.00
Papua New Guinea	1 000.00
Paraguay	1 000.00
Peru	1 000.00
Philippines	1 000.00
Poland	1 000.00
Portugal	1 000.00
Romania	1 000.00
Russia	1 000.00
Rwanda	1 000.00
Saudi Arabia	1 000.00
Senegal	1 000.00
Sierra Leone	1 000.00
Singapore	1 000.00
Slovakia	1 000.00
Slovenia	1 000.00
South Africa	1 000.00
South Korea	1 000.00
Spain	1 000.00
Sri Lanka	1 000.00
St. Kitts and Nevis	1 000.00
St. Lucia	1 000.00
St. Vincent and the Grenadines	1 000.00
Sweden	1 000.00
Switzerland	1 000.00
Taiwan	1 000.00
Tanzania	1 000.00
Togo	1 000.00
Tonga	1 000.00
Turkey	1 000.00
Turkmenistan	1 000.00
Uganda	1 000.00
Ukraine	1 000.00
United Arab Emirates	1 000.00
United Kingdom	1 000.00
United States	1 000.00
Uruguay	1 000.00
Uzbekistan	1 000.00
Venezuela	1 000.00
Vietnam	1 000.00
Yemen	1 000.00
Zambia	1 000.00
Zimbabwe	1 000.00

Sergipe	2.036.277
Bahia	13.633.969
Minas Gerais	19.159.260
Espírito Santo	3.392.775
Rio de Janeiro	15.180.636
São Paulo	39.924.091
Paraná	10.266.737
Santa Catarina	6.178.603
Rio Grande do Sul	10.576.758
Mato Grosso do Sul	2.404.256
Mato Grosso	2.954.625
Goiás	5.849.105
Distrito Federal	2.469.489
BRASIL	185.712.713
Fonte: Diário Oficial da União/Censo 2010	

Fonte: Diário Oficial da União/Censo 2010

O Censo 2010 contabilizou, até 31 de outubro deste ano, 185.712.713 de residentes no país, incluindo brasileiros e estrangeiros. A informação foi publicada nesta quinta-feira (4), no Diário Oficial da União. Foram visitados, segundo a publicação, 67.275.459 domicílios.

O resultado, de acordo com a assessoria de imprensa do IBGE, ainda é parcial. Isso porque, apesar do término da coleta de dados, recenseadores continuam em campo para tentar contabilizar moradores de domicílios que foram considerados fechados durante o levantamento. Moradores que não foram recenseados também podem acessar a página do IBGE e preencher um cadastro. A verificação desses cadastros evitará a possibilidade de fraude nos dados apresentados pelos recenseadores.

O total de moradores do Brasil poderá sofrer alterações também porque as prefeituras têm até 24 de novembro para eventuais contestações de dados, que serão analisadas pelo IBGE.

A coleta de dados para o Censo 2010 começou em 1º de agosto. De acordo com o IBGE, o censo é a única pesquisa que visita todos os domicílios do país para traçar um perfil abrangente da população. Os resultados são repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU) e servem de parâmetro para o repasse de verbas federais a cada cidade. A partir das estimativas populacionais são definidas as cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, segundo o Instituto.

O resultado final do Censo deve ser divulgado, segundo o IBGE, no fim de novembro. Só então os dados populacionais serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Questionário

Foram aplicados dois tipos de questionário para o censo: o questionário básico, com 37 questões, e o da amostra, com 108. O questionário por amostra incluía as mesmas perguntas do básico, somadas a outras. Os questionários foram aplicados aleatoriamente, seguindo a proporção de estimativa populacional em cada município.

Depois de coletados em computadores de mão pelos recenseadores, os dados foram encaminhados a postos de coleta. Ao todo foram 7 mil espalhados pelo país, para apoio e transmissão dos dados à sede.

Os questionários abordaram temas como acesso a iluminação, abastecimento de água, saneamento, escolaridade dos moradores do domicílio, idade, trabalho e rendimento, enfim, itens fundamentais para identificar quantos e quem somos e como vivemos.

Censo: 12 capitais têm população superior a 1 milhão de habitantes

Data: 04/11/2010
Assunto: Censo 2010

Fonte: JB Online
Autor: Redação

SÃO PAULO - São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e Fortaleza são as cidades mais populosas do país. Entre as capitais, 12 têm população superior a 1 milhão de habitantes. A mais populosa é São Paulo com 10,6 milhões de moradores. A capital com o menor número de habitantes é Palmas, no Tocantins, com 223 mil pessoas. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo IBGE, e fazem parte do Censo 2010.

Centro-Oeste Brasília (DF) 2,4 milhões Goiânia (GO) 1,2 milhão Campo Grande (MS) 766 mil Cuiabá (MT) 530 mil

Norte Rio Branco (AC) 319 mil Manaus (AM) 1,7 milhão Macapá (AP) 387 mil Belém (PA) 1,3 milhão Porto Velho (RO) 410 mil Boa Vista (RR) 277 mil Palmas (TO) 223 mil

Nordeste Maceió (AL) 917 mil Salvador (BA) 2,4 milhões Fortaleza (CE) 2,3 milhões São Luís (MA) 966 mil João Pessoa (PB) 716 mil Recife (PE) 1,4 milhão Teresina (PI) 797 mil Natal (RN) 785 mil Aracaju (SE) 552 mil

Sudeste Vitória (ES) 297 mil Belo Horizonte (MG) 2,2 milhões Rio de Janeiro (RJ) 5,9 milhões São Paulo (SP) 10,6 milhões

Sul Curitiba (PR) 1,6 milhão Porto Alegre (RS) 1,3 mi Florianópolis (SC) 404 mil

05/11/2010

60 cidades perderam população

Data: 05/11/2010
Assunto: Censo 2010

Fonte: Correio da Paraíba
Autor: Flávio Asevêdo

A lista dos dez municípios mais populosos do Estado continua a mesma, modificando-se apenas a posição dos três últimos do ranking

A população da Paraíba cresceu pouco mais de 3% nos últimos dez anos, chegando a 3.753.633 paraibanos, segundo dados parciais do **Censo 2010**, divulgado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. O Estado é o 5º mais populoso da região Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Em 60 municípios paraibanos, a população encolheu e só a Capital, João Pessoa, foi responsável por 38,24 % do crescimento populacional.

A lista dos dez municípios mais populosos do Estado continua a mesma, modificando-se apenas a posição dos três últimos do ranking. Cabedelo, que em 2000 era o décimo colocado, subiu duas posições e está na oitava colocação. Guarabira, que era o oitavo no ranking, é o nono município mais populoso e Sapé caiu uma posição, do nono para o décimo lugar. O crescimento dos dez mais foi de 199.201 mil pessoas. João Pessoa teve um crescimento de 118.108 mil novos moradores e continua como a mais populosa. Campina Grande, ainda na segunda posição, apresentou um crescimento quatro vezes menor que o da Capital, com apenas 28.610 novos habitantes, passando de 355.331 mil habitantes para 383.941 mil.

Os dados são referentes à pesquisa feita entre 1º de agosto e 31 de outubro e ainda são parciais, porque os recenseadores continuam em campo em busca de contabilizar os domicílios que estavam fechados durante a coleta. Os moradores que não foram recenseados também podem acessar a página do **IBGE** (www.ibge.gov.br) e preencher um cadastro com suas informações. Eles podem também ligar pelo telefone 0800 721 8181 e solicitar a visita do recenseador. Os municípios que discordarem da contagem da população têm até o dia 24 deste mês para contestar os dados e, somente após este prazo, no dia 29, os números oficiais serão divulgados.

Redução de 23,7 mil

Apesar do crescimento populacional ter sido de 308.839 mil paraibanos em 161 municípios, nas 60 cidades que apresentaram queda, a redução populacional foi de 23.758 habitantes. Em apenas um município, Santa Cruz, a população se manteve igual nestes dez anos, não apresentando nem redução nem aumento. A cidade tem 6.471 moradores. Em Caiçara, a redução da população foi de apenas uma pessoa, caindo de 7.325 para 7.324. A cidade que mais perdeu moradores entre o período de realização dos dois **censos (2000 e 2010)**, foi Solânea, perdendo 4.059 moradores, seguida de Areia, que teve uma redução de 2.324 pessoas.

Após a divulgação, os dados são repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU) pois servem de parâmetro para o repasse de verbas federais a cada cidade. De posse dos

dados de estimativa da população, são definidas as cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Grandes cidades do país crescem menos

No país, a população atual é de 185.712.713 pessoas, 15,83 milhões de pessoas a mais que em 2000, quando a população era de 169.872.856 milhões. Os dados parciais do crescimento da população revelam tendência de menor crescimento populacional das grandes cidades. Somadas as populações dos 11 municípios brasileiros mais populosos: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre e Belém, é de 33.709.509 habitantes segundo o Censo deste ano. Em 2000, a população dos mesmos municípios juntos, era de 32.223.596. O dado indica uma variação de 4,61%, número inferior à metade da média de crescimento do país no mesmo período, que foi de 9,3%. São Paulo permanece como o estado mais populoso, com 39,9 milhões de habitantes e sua Capital está no topo com 10,6 milhões de moradores. Minas Gerais é o segundo estado mais populoso, com 19,1 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro ocupa a terceira posição, com 15,1 milhões.

Censo: população do país atinge 185,7 milhões

Data: 05/11/2010
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo
Autor: Fabiana Ribeiro

Número fica abaixo do esperado, mas ainda pode mudar, já que nem todos foram recenseados

Nas contas do IBGE, os 5.656 municípios brasileiros somam 185.712.713 pessoas — que é o total da população recenseada pela instituição entre os dias 1º de agosto e 31 de outubro.

Ainda que o tamanho da população possa ser maior, o número preliminar ficou abaixo das projeções feitas pelo IBGE, de cerca de 192 milhões. Mas, de todo jeito, a população brasileira mais que dobrou nos últimos 40 anos.

Nos próximos 20 dias, as prefeituras podem questionar os números de residentes apurados na sua cidade pelo órgão para que, no próximo dia 29, o IBGE divulgue o resultado final das populações. Entre os dias 8 e 24 de novembro, os resultados da coleta do Censo 2010 estarão na internet (www.censo2010.ibge.gov.br).

Segundo o IBGE, o município do Rio conta com uma população de 5,9 milhões. Fica atrás somente de São Paulo, que permanece como a cidade mais populosa do país, com 10,6 milhões de habitantes.

Salvador tem 2,48 milhões; Fortaleza, 2,31 milhões; e Belo Horizonte, 2,25 milhões.

O IBGE continua em campo, fazendo correções e revisões nas coletas de dados. Uma das atividades de supervisão dos próximos dias consiste em retornar a domicílios onde o recenseador encontrou evidência de morador, mas ninguém foi recenseado.

Caso ninguém da residência tenha sido entrevistado por profissional do IBGE, ainda é possível agendar uma entrevista até o próximo dia 24. Para isso, basta ligar gratuitamente para 0800-7218181 ou enviar formulário pelo link http://www.censo2010.ibge.gov.br/cadas-tro_ao_recenseado.php.

O 12º Censo Demográfico bateu à porta da população nos últimos meses para contar quantos são e como vivem os brasileiros. Para a empreitada, o IBGE conta com 191 mil recenseadores.

Nesse período, foram investigados características dos domicílios, parentesco, fecundidade, educação, trabalho, renda, cor e raça e religião.

29/11/2010

Censo 2010 revela que cresceu a diferença entre o número de homens e de mulheres

Data: 29/11/2010

Fonte: O Globo Online

Assunto: Censo 2010/RD

Autor: Juliana Castro

RIO - Dados do Censo 2010, divulgados nesta segunda-feira pelo IBGE, revelam que o Brasil tem 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens, o que significa que há 95,9 homens para cada cem mulheres. Em 2000, a relação era de 96,9 homens para cada cem mulheres. O levantamento mostrou que a população brasileira já ultrapassou os 190 milhões de habitantes.

(Confira o mapa com os dados do Censo 2010)

O município que tem o maior percentual de homens é Balbinos (SP), com 82,2% da população do sexo masculino, seguido de Pracinha (SP), com 72,83%, e Lavínia (SP), com 70,46% de homens.

Já Santos (SP) tem o maior percentual de mulheres: 54,25%. Niterói (RJ) fica em quinto lugar no ranking de cidades com mais mulheres: 53,69% da população é do sexo feminino.

O Censo 2010 apurou ainda que existem 23.760 brasileiros com mais de 100 anos. A Bahia é o estado que possui o maior número de centenários (3.525), seguido por São Paulo (3.146) e Minas Gerais (2.597).

A população urbana também cresceu. Em 2000, representava 81,25% dos brasileiros. E agora, soma 84,35%.

O Censo visitou 67,6 milhões de domicílios em quatro meses de coleta de informações. Os dados são referente a 1º de agosto de 2010.

Brasil deve se preparar para envelhecimento da população, diz IBGE

Data: 29/11/2010

Fonte: Estadão.com

Assunto: Censo 2010/RD

Autor: Jacqueline Farid

Em 2050, o Brasil apresentará uma estrutura etária muito semelhante a existente hoje na França

O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, destacou o processo de envelhecimento da população brasileira, confirmado no Censo 2010, e disse que esse fenômeno inspira cuidados. Segundo ele, em 2050 o Brasil apresentará uma estrutura etária muito semelhante a existente hoje na França.

"Temos 40 anos de prazo para pensar soluções, porque o futuro sempre chega", afirmou.

Ainda na entrevista de divulgação do Censo, representantes da Rússia presentes no auditório trouxeram um dado de consolo para as mulheres do Brasil: enquanto no Brasil ha 95,9 homens para cada 100 mulheres, na Rússia ha 100 homens para cada 116 mulheres.

Segundo os russos, as mulheres vivem cerca de 10 anos a mais do que os homens no país, e parte desse fenômeno pode ser explicado pelo alcoolismo que aflige parte da população masculina russa.

Balbinos (SP) é o município que mais cresceu, revela Censo

Data: 29/11/2010
Assunto: Censo 2010/RD

Fonte: Folha.com
Autor: Redação

Do Rio

A população do município de Balbinos, em São Paulo, foi a que mais cresceu nos últimos dez anos. Entre 2000 e 2010, a população da cidade passou de 1.313 para 3.932 habitantes, numa alta de 199,47%. Os dados são do Censo 2010, divulgado nesta segunda-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O segundo município que mais cresceu no período foi Rio das Ostras (RJ), com alta de 182,62%. Em seguida vêm São Félix do Xingu (PA), com 162,58%, Pedra Branca do Amapari (AP), com 149,54%, e Canaã dos Carajás (PA), com 144,52%.

Por outro lado, o município de Maetinga, na Bahia, reduziu sua população quase à metade no mesmo período. A cidade, que em 2000 tinha 13.686 habitantes, agora tem apenas 7.031. A variação é de -48,63%.

Completam a lista dos cinco municípios que mais perderam população Itaúba (MT), com -46,64%, Severiano Melo (RN), com -45,63%, Ribeirão do Largo (BA), com -43,98%, e Esmeralda (RS, com -42,60%).

IBGE: tendência é metrópole ter crescimento 'pequeno'

Data: 29/11/2010
Assunto: Censo 2010/RD

Fonte: Estadão.com
Autor: Jacqueline Farid

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Nunes, disse que "há um processo contínuo" de queda do índice de crescimento da população do Brasil desde a década de 1960. Para Nunes, a tendência revelada pelo Censo 2010 "é que daqui para frente as grandes metrópoles tenham crescimento pequeno". "Quem deve crescer mais são os municípios de porte médio ou grande, com população abaixo de 2 milhões de pessoas", disse.

O índice médio geométrico de crescimento anual da população passou de 2,39 no período de 1940 a 1950 para 2,99 de 1950 a 1960, decrescendo a partir daí até chegar a 1,02 de 2000 a 2010. Ele também destacou que mais de 160 milhões de pessoas vivem hoje em áreas urbanas no País.

Nunes destacou também a redução na média do total de moradores por domicílio nesta década, passando de 3,75 em 2000 para 3,3 em 2010. Segundo ele, essa queda está diretamente relacionada à diminuição da taxa de fecundidade.

O Censo 2010 do IBGE visitou 56.541.472 domicílios ocupados. Houve 901.169 domicílios fechados com evidência de moradores, mas nos quais "não houve oportunidade de responder questionário ou não foram encontrados em casa". Neste caso, o número de moradores foi estimado.

No Censo 2000 foram visitados 45.021.078 domicílios ocupados e, naquele ano, havia 528.683 domicílios fechados. Em 2010 havia 6.071.568 domicílios vagos, sem moradores, no Brasil.

Favelas

A população de duas das maiores comunidades do Rio de Janeiro cresceu acima da média do País nesta década. O chefe da unidade estadual do IBGE no Rio, Romualdo Rezende, disse que os resultados do Censo 2010 mostraram que as comunidades do Complexo da Maré, na zona norte da capital fluminense, representam a maior favela carioca, com cerca de 130 mil habitantes e crescimento de 13% na população em relação ao Censo 2000. Para a população brasileira em geral, que somou 190,7 milhões em 2010, o aumento no período foi de 12,3%.

Na Rocinha, uma das maiores comunidades do Rio, na zona sul, a população aumentou 23% na década, chegando a quase 70 mil pessoas em 2010, disse Rezende. No Complexo do Alemão, na zona norte - cenário dos graves conflitos nos últimos dias e que foi ocupado ontem pela polícia -, a população está em torno de 69 mil pessoas, com crescimento de 6% na década, abaixo da média nacional.

A região carioca que mais cresceu na década é a Barra da Tijuca, cuja população aumentou "mais de 60%", chegando a cerca de 300 mil pessoas.

Outros países

A China e a Rússia, países que junto com o Brasil integram o grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), também realizaram levantamento censitário em 2010, enquanto a Índia fará o trabalho no próximo ano. Representantes dos quatro países estão reunidos hoje na sede do IBGE no Rio para troca de informações sobre os levantamentos locais.

São Paulo concentra 9 dos 10 municípios com maior proporção de homens

Data: 29/11/2010

Fonte: Folha.com

Assunto: Censo 2010

Autor: Redação

Números divulgados nesta segunda-feira no Censo 2010 mostram que São Paulo concentra 9 dos 10 municípios com maior proporção de homens.

A primeira colocada no ranking é a cidade de Balbinos, com um percentual de 88,2% de homens. A população da cidade cresceu 199,47% desde o Censo 2000 com a instalação de um presídio. Trata-se do município com maior aumento da população no país na comparação com os dados do ano 2000.

Outros municípios do Estado também apresentam percentual superior de homens na população, como Pracinha (72,83%), Lavínia (70,46%) e Iaras (65,81%).

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o resultado está associado à agricultura e a fatores como instalação de fábricas e unidades prisionais.

Na contramão, Santos, em São Paulo, é o município com maior percentual de mulheres (54,25%). A predominância feminina, neste caso, está associada também ao processo de envelhecimento da população. Como as mulheres vivem mais do que os homens, a partir de uma determinada faixa etária aumenta a participação feminina.

29-30/11/2010 – Bahia

Bahia tem 14 milhões de habitantes

Data: 29/11/2010

Fonte: A Região/BA

Assunto: Censo 2010/RD

Autor: Redação

O censo revelou que a Bahia tem 14.020.432 moradores, dos quais 7.141.064 do sexo feminino. Os homens somam 6.880.368 habitantes. 10.105.218 baianos vivem nas cidades e 3.916.214 na zona rural.

Salvador é a cidade com a maior população no estado, com 2.676.606 moradores. Feira de Santana segue como a cidade do interior baiano com o maior número de moradores. 556.756 pessoas vivem no município.

Um dado curioso levantando pelo IBGE é que a Bahia é o estado brasileiro com maior número de pessoas centenárias. São 3.525 moradores com 100 anos. São Paulo vem em segundo lugar, com 3.146 habitantes centenários.

No geral, a população brasileira atingiu 190.732.694 moradores. Mais detalhes sobre o censo 2010 na edição do próximo final de semana do jornal A Região.

Itabuna e Ilhéus têm mais mulheres

Data: 29/11/2010

Fonte: A Região/BA

Assunto: Censo 2010/RD

Autor: Redação

O IBGE confirmou nesta segunda o que o Jornal das Sete, da rádio Morena FM, divulgou há quase um mês. Itabuna e Ilhéus estão entre os municípios brasileiros que têm mais mulheres do que homens. Em Itabuna são 107.774 pessoas do sexo feminino.

Os moradores do sexo masculino no município somam 96.936. A população geral de Itabuna soma 204.710 pessoas. Dessas, apenas 5.042 moram na zona rural. Em Ilhéus, a população rural soma 28.931 moradores.

No geral, o município ficou com 184.231 moradores, dos quais 94.868 do sexo feminino. Os habitantes do sexo masculino somam 89.363 pessoas. Ilhéus tem 5.503 mulheres a mais do que homens.

Em Itabuna o número de pessoas do sexo feminino é ainda maior. O município tem 10.838 mulheres a mais do que homens. Os dados do IBGE mostram que quase todos os municípios do sul da Bahia têm mais pessoas do sexo feminino do que masculino.

Está sobrando mulher em Salvador

Data: 30/11/2010
Assunto: Censo 2010/RD

Fonte: Tribuna da Bahia
Autor: Cristiane Felix

Os números da finalização do **Censo 2010**, realizado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, divulgados na tarde de ontem, revelaram que o número de mulheres em Salvador está bem acima do de homens: são cerca de 260 mil a mais, uma média de 100 mulheres para 87 homens.

Além disso, com uma população total de 14.021.432 habitantes, a Bahia apresentou o segundo menor crescimento populacional entre os estados brasileiros nos últimos dez anos. Apesar do aumento de 7,28% na população, que equivale a 951.182 pessoas, a Bahia teve uma variação muito abaixo da média nacional, de 12,33%.

Em entrevista coletiva, realizada na sede do **IBGE** na Bahia, em Nazaré, para a divulgação dos primeiros resultados, a titular da Diretoria de Pesquisa do Instituto, Wasmalia Socorro Bivar, ressaltou o trabalho realizado na Bahia.

“Fico muito feliz e emocionada com o trabalho realizado na Bahia. É importante que as pessoas percebam o quanto o **IBGE**, com seu pouco mais de sete mil funcionários, se esforçou para fazer um bom trabalho”, disse emocionada. Também participaram da coletiva Artur Ferreira da Silva Filho, chefe da Unidade Estadual do **IBGE** na Bahia e Joilson Rodrigues de Souza, supervisor de Disseminação de Informação.

Os primeiros indicadores, resultado de quatro meses intensos de trabalho – que envolveram 191 mil recenseadores em todo o país, sendo 14.449 na Bahia – apontam para uma queda da participação do estado na população brasileira total, de 7,70% em 2000 para 7,35% em 2010.

Com o segundo menor índice de crescimento do país, a população baiana cresceu, em dez anos, apenas 7,28%. O estado perde apenas para o Rio Grande do Sul, que cresceu 4,98%. A nível nacional, o ranking de maior crescimento é liderado pelos estados da região Norte. O Amapá está em primeiro lugar com 40,18%, seguido por Roraima, 39,10%, e Acre, com 31,44%.

DEFASAGEM - Apesar de considerar o levantamento um sucesso, o **IBGE** encontrou dificuldades de realizar entrevistas em alguns domicílios, principalmente naqueles onde os moradores possuem maior poder aquisitivo. Nesses locais existiu maior resistência em receber os recenseadores.

O resultado é que dos mais de cinco milhões de domicílios registrados na Bahia, em 61.476 a realização de entrevistas foi impossibilitada.

Para driblar essa defasagem e evitar erro nos resultados, o **IBGE** optou por estimar dados tanto de natureza demográfica quanto de atributos (como idade e sexo), usando para isso dados de domicílios semelhantes, inicialmente considerados fechados e posteriormente recenseados.

Um dado que ganhou destaque do **IBGE** na apresentação dos resultados foi a quantidade de municípios que, de acordo com o Instituto, apresentaram diminuição da sua população em relação ao último **Censo**, de 2000.

Ao todo, 147 cidades baianas (35,3% do total) registraram decréscimo populacional. A maior variação foi a de Maetinga, a 609 quilômetros de Salvador, que, com 13.686 habitantes em 2000, reduziu a sua população quase pela metade, e conta hoje com uma população de 7.031 pessoas.

“Isso se deve, sobretudo, à incapacidade de alguns municípios em reter a sua população que termina migrando para locais com melhores oportunidades. Esse fato acontece principalmente com os jovens, que têm maiores expectativas, e termina alterando não só os índices absolutos de população como também à dinâmica demográfica do município”, explicou o supervisor Joilson de Souza.

13/02/2011

A rebelião dos prefeitos contra o IBGE

Contagem teria 'encolhido' a população de 4 cidades; instituto afirma que censo está correto

13 de fevereiro de 2011 | 0h 00

- [Notícia](#)



A+ A-

- [Assine a Newsletter](#)



Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O prefeito de Jacareacanga (PA), Raulien Oliveira de Queiroz (PT), recorreu ao IBGE e à Justiça Federal e está disposto a fretar dez ônibus rumo ao prédio do instituto em Santarém para protestar contra os números do último censo, que encolheu a população do município de 41.487 para 14.040 pessoas.

Além de "varrer do mapa" 27 mil jacareacanguenses, a contagem dinamitou as contas da região - só as transferências do Fundo de Participação de Municípios (FPM) devem ter uma redução de R\$ 4,8 milhões.

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) cruzou os dados do Censo 2010 com a projeção populacional do próprio IBGE para o ano de 2009. Em

termos gerais, o País saiu de 191.480.630 habitantes para 190.732.694, uma variação de 0,4%. O estudo, no entanto, aponta diferenças expressivas em pelo menos quatro municípios do Pará: Jacareacanga (-66,2%), Faro (-58,2%), Itaituba (-23,9%) e Aveiro (-22,2%).

"Nesses casos, a realidade do IBGE não é a do Brasil", afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. "Não estamos questionando a idoneidade do instituto, mas que critérios são esses que inflam alguns municípios e desinflam outros?"

O IBGE encaminha os dados demográficos ao Tribunal de Contas da União (TCU), que calcula as cotas do FPM. De acordo com a CNM, 176 municípios devem receber menos dinheiro do fundo devido aos números do Censo 2010: Bahia (41), São Paulo (26), Rio Grande do Sul (13), Paraná (12) e Pará (11) concentram o maior número de casos.

"O censo caiu como uma bomba letal, não aceitamos de nenhum jeito esse número", diz Queiroz, alegando que a nova contagem "representa um desastre econômico-social" para o município de Jacareacanga.

O prefeito de Faro, Denilson Batalha Guimarães (PTB), também não gostou dos números do instituto, que diminuiu a população de 19.585 para 8.181 em um ano. Em Itaituba, que perdeu 30.505 pessoas na contagem, a Prefeitura promoveu campanha para a comunidade não entrevistada se manifestar e recebeu 2 mil telefonemas.

"Não é o Censo de 2010 que está errado", afirma o presidente do IBGE, Eduardo Nunes. Para ele, a contagem populacional de anos anteriores em Faro e Jacareacanga foi superestimada.

29/04/2011

ABGLT: 60 mil casais gays do IBGE são só a ponta do iceberg

Data: 29/04/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: Terra Magazine
Autor: Ana Cláudia Barros

A informação de que mais de 60 mil casais homossexuais foram contabilizados durante o último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) surpreendeu o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis. O número está entre os dados preliminares do Censo Demográfico 2010, divulgados nesta sexta-feira (29).

A pergunta "cônjuge do mesmo sexo" foi incluída na sondagem, como forma de contemplar os novos arranjos familiares existentes na sociedade.

Apesar de a quantidade de casais gays captada pela pesquisa ter superado as expectativas do presidente da ABGLT, ele garante que o número é "só a ponta do iceberg".

-Achávamos que seria menos, porque as pessoas ainda têm muito preconceito. Vivemos em uma sociedade heteronormativa. Pode verificar, nas propagandas, nas novelas é só heteronormatividade. Não tem beijo gay, por exemplo. Tudo é para hétero. E,

de repente, a gente constata que há 60 mil casais. E esse número é só a ponta do iceberg. Temos muitas pessoas que não se assumem (homossexuais) por causa da família, da igreja, da religião. Daqui a 10 anos, esse número será de 600 mil - prevê.

Na avaliação de Toni Reis, o resultado obtido a partir do recenseamento sinaliza a necessidade de se discutir garantias para essa parcela da população, como o Projeto de Lei Complementar 122, que criminaliza a homofobia e está tramitando no Senado.

-Não somos mais um ou dois casais gays que estão por aí. Somos 60 mil. É muita gente. Imagina esse povo numa fila para fazer casamento? Somos minoria, claro. Reconhecemos que os heterossexuais serão maioria sempre, mas é um número muito grande de gente que está tendo cidadania pela metade.

Conforme os dados preliminares do Censo 2010, por outro lado, 37.487.115 correspondem a casais do sexo oposto.

Branco são menos da metade da população pela primeira vez no Brasil

Data: 29/04/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: Uol Notícias
Autor: Thiago Varella

Em São Paulo No total, 91.051.646 habitantes se declararam brancos no Censo, enquanto outros 99.697.545 disseram ser pretos, pardos, amarelos ou indígenas.

Os brancos ainda são a maioria (47,33%) da população, mas a quantidade de pessoas que se declaram assim caiu em relação ao Censo 2000, quando foi de 53,74%. Em números absolutos, foi também a única raça que diminuiu de tamanho. No Censo 2000, 91.298.042 habitantes se consideravam brancos.



O número de pessoas que se declaram pretas, pardas, amarelas ou indígenas superou o de brancos no Brasil, de acordo com os resultados preliminares do Censo 2010, divulgados nesta

sexta-feira (29), pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a primeira vez que isso acontece desde que o Censo passou a ser organizado pelo IBGE, em 1940.

O BRASIL EM NÚMEROS

Brasileiro ficou mais velho e menos branco; população teve menor crescimento da série histórica
População brasileira cresce 21 milhões em uma década com menor ritmo da história
Por outro lado, em dez anos, a porcentagem de habitantes que se classificam como pardos cresceu de 38,45% (65,3 milhões) para 43,13% (82,2 milhões). Já os pretos subiram de 6,21 % (10,5 milhões) para 7,61% (14,5 milhões) da população brasileira.

O Brasil também tem mais moradores que se consideram amarelos (1,09% ou 2,1 milhões). No Censo 2000, apenas 0,45% (761,5 mil) se classificavam assim. Em dez anos, o número de amarelos superou o de indígenas, que subiu de 734,1 mil para 817,9 mil.

A região Norte é a que tem, proporcionalmente, o maior número de pardos no país, com 66,88% de habitantes que se consideram assim. Nas regiões Nordeste e Centro- Oeste o número de pardos supera o de brancos.

Já a região Sul é a com a maior porcentagem de brancos do Brasil, com 78,47% que se classificam como sendo desta raça. No Sudeste, o número de brancos também supera o de pardos.

A Bahia é o Estado que tem a maior população que se declara como preta no Brasil, com 3,11 milhões de pessoas. Já o Amazonas tem o maior número de habitantes que se classificam como indígena (168,6 mil). Proporcionalmente, Roraima tem a maior população indígena do Brasil (11%).

São Paulo, que tem a maior população do Brasil, tem o maior número de brancos (26,3 milhões) e de pardos (12 milhões). No entanto, proporcionalmente Santa Catarina (83,97% da população) tem mais brancos e o Pará (69,51%) tem mais pardos dos que os outros Estados do país.

No Censo 2000, 1,2 milhão de pessoas não declararam raça. Já no Censo do ano passado, o número foi de 315,1 mil. Pela primeira vez, perguntas sobre cor e raça fizeram parte do questionário básico, respondido por todos os habitantes do país.

Brasil tem 3,5 milhões de casas sem banheiro; número é quase o mesmo para as residências com três toaletes

Data: 29/04/2011

Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo Online

Autor: Cássia Almeida

Brasil tem mais de 130 mil casas chefiadas por crianças, diz Censo 2010

Data: 29/04/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo Online
Autor: Cássio Bruno e Bruno Góes

RIO - Cerca de 60% dos domicílios brasileiros têm renda domiciliar per capita de até 1 salário mínimo. Até 2 salários, a proporção sobe para 82,4%. No Nordeste, a situação é mais grave: são 80,3% dos lares com ganhos de até um salário mínimo per capita. Há ainda um registro alarmante: 132 mil domicílios brasileiros são chefiados por crianças de 10 a 14 anos. Os dados preliminares fazem parte do Censo 2010 divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, esse número de lares chefiados por crianças pode parecer insignificante comparado ao universo de casas em todo o país, porém, mostra que o trabalho infantil é uma das mazelas existente Brasil afora.

" O IBGE revela: a presença de trabalho infantil na sociedade brasileira. É mais uma evidência da existência do trabalho infantil e que em muitas famílias é a principal fonte de renda "

.- Proporcionalmente aos 57 milhões de domicílios, esse número (132 mil) não é muito expressivo. Entretanto, reflete outra realidade no país que o IBGE revela: a presença de trabalho infantil na sociedade brasileira. É mais uma evidência da existência do trabalho infantil e que em muitas famílias é a principal fonte de renda.

ESPECIAL : Confira o infográfico com os dados da pesquisa

PRIMEIRA ESTATÍSTICA : Brasil tem hoje 60 mil casais gay com união estável

SALTO POPULACIONAL : População da Rocinha cresce quase três vezes mais do que o município do Rio

POUCA ÁREA RURAL : Rio é o estado com maior grau de urbanização

REDE DE ESGOTO : Brasil tem 3,5 milhões de casas sem banheiro; número é quase o mesmo para as residências com três toaletes

CIDADE FEMININA : Rio tem proporcionalmente mais mulheres do que em todos os outros estados do Brasil

VÍDEO: No Rio, as mulheres seguem em alta

Universalização do saneamento só deve acontecer em 2070

Quase metade dos domicílios brasileiros ainda não tem acesso à rede de esgoto: 55,45% têm o serviço. Em 2000, 47,3% tinham acesso e, em 1991, 35,5%. Portanto: de 1991 a 2000, aumento de 12,5 pontos percentuais; de 2000 para 2010, 7,7 pontos percentuais. Os números das regiões mostram a desigualdade latente no Brasil. Enquanto no Sudeste, essa proporção atinge 81% dos lares, no Norte, não chega a 13,9%. No Nordeste também fica muito aquém da média nacional: 33,9%. Para especialistas, o padrão alcançado era o esperado, diante do ritmo de investimentos, e o Brasil só deve conseguir oferecer saneamento universal em 2070. O país não cumprirá a meta do milênio para o setor.

Já a taxa de analfabetismo é de 9,7% entre brasileiros com mais de 15 anos. Para especialistas, o avanço foi pequeno, de quatro pontos percentuais

Brasil tem mais idosos do que crianças de até 4 anos

O Brasil alcançou a marca de 190.755.799 habitantes. O país cresceu quase 20 vezes desde o primeiro recenseamento, realizado em 1872. O maior pico foi constatado entre as décadas de 50 e 60 do século passado, quando o crescimento populacional chegou a quase 3% ao ano. Entre as de 2000 e 2010, no entanto, a média foi a mais baixa desde a criação do Censo - apenas 1,17%. Se o ritmo de crescimento permanecer ao longo dos anos, o Brasil duplicará a sua população em 60 anos. Ou seja, em 2070, o país terá 380 milhões de habitantes. No entanto, para o presidente do IBGE, esse dado não leva em conta a evolução das taxas de fecundidade e mortalidade.

- Acredito que o país deva ter, em 60 anos, no máximo 250 milhões de habitantes - disse.

De acordo com dados da pesquisa, a população está mais velha. o Brasil tem 13,7 milhões de crianças até 4 anos e mais de 14 milhões de pessoas acima de 65 anos.

O IBGE verificou que as regiões do país não cresceram de maneira uniforme: Norte e Centro-Oeste foram as que mais aumentaram suas populações (2,09% e 1,91%, respectivamente) , em grande parte pelo fator migratório. As regiões Sudeste e Nordeste apresentaram taxas semelhantes, de pouco mais de 1,0% ao ano. A Região Sul foi a que menos cresceu (0,87%), puxada pelo Rio Grande do Sul (apenas 0,49%).

No último período intercensitário, em termos absolutos, a Região Sudeste foi responsável pelo maior incremento populacional, já que possui o maior número de habitantes do país: A região proporcionou 37,9% do crescimento total do país. Porém, entre 1990 e 2000, respondia por 42,1%.

As dez unidades federativas que mais cresceram entre 2000 e 2010 são da Região Norte e Centro-Oeste. O Amapá lidera o ranking (3,45%), seguido de Roraima (3,34%), Acre (2,78%), Distrito Federal (2,28%), Amazonas (2,16%), Pará (2,04%), Mato Grosso (1,94%), Goiás (1,84%), Tocantins (1,80%) e Mato Grosso do Sul (1,66%).

As seis cidades mais populosas do Brasil são: São Paulo (11.253.503 de habitantes), Rio de Janeiro (6.320.446), Salvador (2.675.656), Brasília (2.570.160), Fortaleza (2.452.185) e Belo Horizonte (2.375.151). Entretanto, em 2000, a lista era diferente: Brasília era a sexta colocada, Fortaleza a quinta e Belo Horizonte a quarta. As demais cidades estavam na mesma posição de hoje.

Nas capitais, a maior diferença entre as taxas de crescimento foi observada no Tocantins, onde Palmas apresentou uma taxa de 5,21%.

Na rede elétrica, o pulo do gato

Pela primeira vez o IBGE conseguiu medir as ligações irregulares de luz no Brasil. São 550.612 lares que têm luz, mas não estão ligados a uma companhia distribuidora. Ainda temos 728.512 domicílios sem luz, nem de gato. A Light diz que as ligações irregulares representam a produção de uma Angra 1 por um ano.

População amarela cresce quase três vezes em dez anos

A população amarela registrou aumento de 761.583 em 2000 para 2.084.288 em 2010. A população indígena também cresceu, de 734.127 em 2000 para 817.963 em 2010. Outro ponto que chama atenção é a redução da categoria "sem declaração", ou seja, mais pessoas estão declarando sua cor ao IBGE: essa categoria foi de 1.206.675 em 2000 para 6.608 em 2010.

30/04/2011

BRASIL FICA MAIS FEMININO, JÁ QUE VIOLÊNCIA LEVA HOMENS MAIS CEDO e CAPA

Data: 30/04/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo
Autor: Cláudio Motta e Cássio Bruno

Rio e Distrito Federal têm, proporcionalmente, menores populações masculinas

AS MULHERES do acampamento Unidos Venceremos, em Sepetiba: em todo o país, população feminina já supera em 4 milhões a masculina

O acampamento Unidos Venceremos, em Nova Sepetiba, Zona Oeste do Rio, é um pequeno pedaço do Brasil cada vez mais feminino que emerge dos números do Censo: nas famílias que lutam para ter uma casa, mulheres negras e pobres comandam casas, administram a renda da família e sonham com um futuro melhor para os filhos.

No Brasil, a média é de 96 pessoas do sexo masculino para cada cem do feminino. Essa diferença aumentou em relação ao último Censo, feito em 2000, quando havia 96,9 homens para cada cem mulheres. De acordo com o **IBGE**, o número de mulheres supera em quase quatro milhões (3.941.819) o de homens.

— Aqui a gente sonha é com casa, comida, escola decente — diz a desempregada Márcia Cristina Menezes, de 28 anos, que em janeiro se mudou para o assentamento com os 8 filhos.

Há 27 dias, nasceu no acampamento a primeira neta de Márcia, filha de Daniele, de 14 anos. A família sobrevive com os R\$114 do Bolsa Família e doações de vizinhos.

— Quem cuida de tudo aqui são as mulheres. Tem homem também, mas eles são minoria. A gente não desiste da luta — diz a líder comunitária Rosimar dos Santos, de 42 anos.

Em muitos lugares do Brasil, como no acampamento de Nova Sepetiba, os homens ficaram pelo caminho, levados por acidentes de trânsito ou pela violência. As mortes por causas externas são a principal causa da redução da proporção de homens em cidades grandes. O Rio de Janeiro foi o estado com menos homens para cada grupo de cem mulheres, 91,2, de acordo com o **Censo 2010**.

No dia 21 de abril de 2002, Cláudia Monte voltava da casa de praia em Mangaratiba seus dois filhos, uma menina de 13 anos e um garoto de dez, e com o marido, Elísio Alves da Silva, então 47 anos. Ele morreu baleado num assalto na Avenida Brasil, mudando para sempre a vida da família. Os filhos foram morar no Canadá e ainda têm pesadelos com o dia da morte do

pai. Cláudia fechou sua empresa e hoje se dedica a projetos de auxílio a famílias de vítimas de violência.

— É um trauma que nunca mais se cura. A vida nunca mais é mesma. E soube, na missa de sétimo dia do menino João Hélio, outra vítima da violência, que a investigação do assassinato do meu marido tinha sido arquivada — disse Cláudia.

A segunda unidade da Federação com maior proporção de mulheres é o Distrito Federal, com 91,6 homens para cada cem mulheres. Apenas na Região Norte há mais homens do que mulheres. A Centro-Oeste, por sua vez, registrou 98,6 homens para cada grupo de cem mulheres. Enquanto isso, as regiões Sul e Nordeste têm a proporção de 96,3 homens para cada cem mulheres, e 95,3 homens para cada cem mulheres, respectivamente.

— Nascem mais homens do que mulheres. A natureza é sábia. Mas a mortalidade entre os homens, mesmo natural, é maior que entre as mulheres. Por isso, a expectativa de vida da mulher brasileira é maior do que seis anos. Contribui para essa distância o fato de, no caso brasileiro, eu tenho também a violência nos grandes centros urbanos, associado, inclusive, ao transporte, ao trânsito, e que afeta majoritariamente os jovens do sexo masculino. Isso nas grandes cidades, principalmente no Rio e em São Paulo — disse o presidente do **IBGE** Eduardo Pereira Nunes.

O professor pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticas da Uerj Gláucio Soares explica que o número de homens vítimas da violência é ainda maior quando são considerados a idade e a raça. Ele afirma que a principal causa da letalidade dos homens jovens são as chamadas mortes violentas, que incluem assassinatos e os acidentes de trânsito.

— As mortes violentas são mais concentradas entre os homens pobres. E morrem mais 82% de negros do que de brancos. As parceiras, que seriam as parcerias naturais, são as mais prejudicadas. Isso gera padrões de comportamento diferentes. Muitas dessas mulheres acabam se relacionando afetivamente com homens mais velhos por causa da escassez de homens adolescentes, com 17, 18 anos, sobretudo os pobres e negros — disse Gláucio.

O especialista afirma, ainda, que a população carcerária é maior justamente neste grupo de homens pobres e negros, contribuindo para aumentar ainda mais a desproporção entre homens e mulheres.

— Os homens jovens são os que matam mais, morrem mais, e são mais presos, embora o número de homens presos por homicídios seja uma fração pequena do número total — ponderou Gláucio.



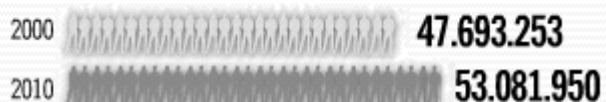


POR REGIÕES

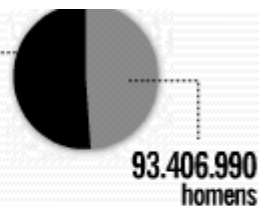
Norte



Nordeste



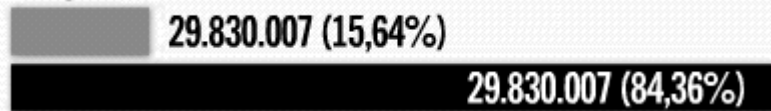
Centro-Oeste



DO CAMPO PARA AS CIDADES EM 2010

A população urbana aumentou, em média, 1,55% ao ano. Entre os dois últimos censos, ela cresceu em 23 milhões de pessoas. Já a rural diminuiu em 2 milhões de pessoas, queda de 0,65% em relação à última pesquisa

População rural



População urbana

AS MAIORES CAPITAIS EM 2010 Com mais de um milhão de habitantes

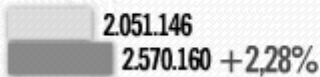
2000 2010



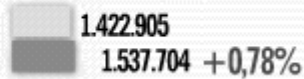
3. Salvador



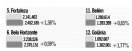
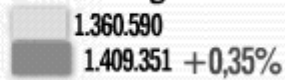
4. Brasília



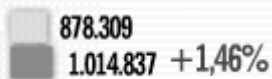
9. Recife



10. Porto Alegre



13. São Luís



ORDEM MENSAL DE FEZESGO





Regiões Norte e Centro-Oeste lideram crescimento populacional, diz Censo

Data: 30/04/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Estado de São Paulo
Autor: Wilson Tosta e Felipe Werneck

Sob impacto de forte migração para o interior, a população nas Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil aumentou nos últimos dez anos bem acima da média nacional. A marcha para os Estados menos urbanizados - além de acentuar a reversão de uma tendência histórica de deslocamentos populacionais massivos em direção ao litoral - assinala o aumento da pressão ambiental sobre a Amazônia e o Cerrado, importantes biomas ameaçados de devastação.

Raynere Ferreira/AEChance. Brito se tornou empresário depois de migrar do Piauí para Roraima; hoje tem 42 empregados
 Os dados se destacam na Sinopse do Censo Demográfico 2010, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também apontou redução do povoamento de mais de 1/4 das cidades - nelas, havia menos habitantes do que no Censo 2000.

No Censo 2010, o Norte e o Centro-Oeste se destacam pelo ritmo do crescimento que apresentam - que, apesar de ter caído na última década, manteve padrão forte. Nessas regiões estão os Estados com as maiores taxas de crescimento: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Tocantins - além do Distrito Federal.

A situação contrasta com o resto do País. Apesar de ainda deterem o maior contingente populacional do Brasil, o Nordeste e o Sudeste tiveram incremento semelhante, mas abaixo da média nacional, de 1,17%, a menor da história. A Região Sul ficou com a média mais baixa (mais informações no gráfico ao lado).

Para o IBGE, as diferenças regionais e estaduais se devem principalmente às migrações. Foram elas, dizem técnicos do instituto, que ajudaram a turbinar a população "da fronteira" do País. Em 1980, o Norte e o Centro-Oeste, juntos, tinham 11,4% dos habitantes do País; no ano passado, 15,7%. Já a Região Sul recuou de 16% para 14,4%. "O fluxo migratório já não ocorre em direção aos grandes centros, mas sim aos médios, cidades que são novos polos econômicos", diz o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

Já o sociólogo Donald Sawyer, da Universidade de Brasília (UnB), avalia que a migração contribui pouco para o crescimento populacional nas regiões. "O impacto (na Amazônia e principalmente no Cerrado) não é causado por questão demográfica, mas pela produção de commodities", diz. Segundo ele, ao contrário de atrair população, a expansão de fronteiras agrícola e agropecuária muitas vezes ocupa o espaço do êxodo do campo para cidades como Manaus, a capital que mais cresceu entre aquelas com mais de 1 milhão de habitantes.

Nunes lembra que a Região Norte possui as mais altas taxas de fecundidade do País e diz que há uma combinação de dois fenômenos para o aumento da população nessa região e no Centro-Oeste: o natural e a atração pelo agronegócio. Mato Grosso, por exemplo, onde fica o

polo formado por Lucas do Rio Verde, Sinop e Sorriso, foi o que mais cresceu nos últimos 30 anos.

Mudança. Luiz Coelho de Brito, de 49 anos, conseguiu realizar o sonho de se tornar empresário após migrar do Piauí para Roraima. Funcionário de uma grande empreiteira em Piripiri, a 166 km de Teresina, desembarcou em Boa Vista em 1988 para passar as férias. Está lá há 22 anos. "Roraima não tinha nada. Achei que a minha experiência na construção civil faria a diferença." E fez. Empregou-se como consultor em obras de grande porte e dois anos depois fundou sua empresa, a LB Construções. Hoje é dono de 100 máquinas pesadas e emprega 42 pessoas, com faturamento anual de quase R\$ 3 milhões. / LOIDE GOMES, ESPECIAL PARA O ESTADO

01/07/2011

Bairros na Zona Oeste do Rio crescem até 150% em uma década, diz IBGE

Data: 01/07/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: G1Globo
Autor: Agência Estado

Local é principal foco de obras para a Olimpíada de 2016.

Área tem 9 bairros com maior crescimento de 2000 a 2010: 278 mil moradores.

Copacabana, na Zona Sul do Rio, é o bairro mais 'idoso' do País, diz IBGE População em favelas cariocas cresce acima da média, diz IBGE Em uma década, bairros da zona oeste do Rio de Janeiro cresceram até 150% e áreas da zona sul da capital perderam moradores, revelam dados do Censo 2010 divulgados nesta sexta-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Principal foco de obras de infraestrutura de transportes e de instalações esportivas para a Olimpíada de 2016, a região oeste concentra os nove bairros com maior crescimento absoluto de 2000 a 2010: juntos, receberam 278 mil moradores.

Os bairros de Camorim, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes mais que dobraram a população neste período, com aumentos de 150%, 136% e 118%, respectivamente. A taxa de crescimento da cidade foi de 7,9% na década. A população do Rio é de 6,4 milhões de habitantes.

Dados fornecidos pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) mostram que 68,5% de todas as unidades habitacionais lançadas na cidade entre 2005 e 2010 estavam concentradas em quatro bairros da zona oeste: Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Recreio e Campo Grande.

"Mais uma vez, esse crescimento se dá de forma desordenada, em função do mercado imobiliário", diz o arquiteto e urbanista Nireu Cavalcanti, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para o pesquisador, o crescimento em direção à zona oeste é natural, em função da oferta de espaços livres, mas a falta de planejamento urbano na região é preocupante. Ele cita carência de transporte público eficiente e infraestrutura precária, especialmente em relação ao saneamento.

Dos dez bairros cariocas mais populosos em 2010, sete ficam na zona oeste: Campo Grande (328,3 mil), Bangu (243,1 mil), Santa Cruz (217,3 mil), Realengo (180,1 mil), Jacarepaguá (157,3 mil), Barra da Tijuca (135,9mil) e Guaratiba (110 mil). Completam a lista: Tijuca (163,8 mil), na zona norte, Copacabana (146,3), na zona sul, e Maré (129,7 mil), na zona norte.

A Barra da Tijuca, bairro da zona oeste que começou a atrair grandes investimentos imobiliários na década de 70, continua ganhando moradores: cresceu 47% entre 2000 e 2010.

O Censo 2010 também mostra que estão na zona oeste os locais com maior concentração de domicílios vazios. Em Camorim, bairro que aumentou a população de 786 para 1.970 habitantes, 41% dos domicílios não tinham moradores no período do Censo. Em Pedra de Guaratiba, uma em cada cinco moradias estava vazia. Barra de Guaratiba e Vargem Pequena tinham 16% de domicílios sem moradores.

Retração

No caminho contrário, alguns bairros da zona sul da capital fluminense perderam moradores na última década. Humaitá tinha em 2010 uma população 12,5% menor que em 2000. Houve redução também em Ipanema (-8,7%), Gávea (-8,4%), Jardim Botânico (-7,9%) e Flamengo (-6%). Laranjeiras, Leblon e Copacabana tiveram pequena redução.

Outros bairros da zona sul apresentaram aumento de população entre 2000 e 2010, como Lagoa (13,5%), Catete (10%) e Botafogo (5,9%). O centro do Rio, após décadas de esvaziamento, teve aumento de 5% na população residente. É um ritmo bem menor que o do centro de São Paulo, que cresceu três vezes mais: 15,4%.

Entre 2000 e 2010, o Rio de Janeiro ganhou dois novos bairros: Vasco da Gama, com 15,4 mil habitantes e Gericinó, com 15,1 mil. Com isso, a cidade chegou a 160 bairros.

Moinhos de Vento é o bairro que concentra maior número de idosos

Data: 01/07/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: Jornal do Comércio/RS
Autor: Gilmar Luís

No Moinhos, 26,9% dos moradores estão acima dos 65. O bairro Moinhos de Vento é o que mais concentra pessoas com 65 anos ou mais em Porto Alegre. A informação faz parte do Censo 2010, divulgado nesta sexta-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na região, 26,9% dos moradores estão enquadrados neste perfil. Já o local com o menor percentual é o bairro Marcílio Dias, com apenas 1,4% deste público.

No levantamento, o Rio Grande do Sul também se destaca no tópico referente ao número de municípios com bairros por Estado: são 146 no RS. Em segundo lugar neste quesito vem Santa Catarina, com 102.

02/07/2011

SP já tem 'raio X' até de quarteirões

Data: 02/07/2011
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Estado de São Paulo
Autor: Rodrigo Burgarelli, Paulo Saldaña, Luciana Nunes Leal e Felipe Werneck

Dados do Censo 2010 do IBGE mostram transformação do País na década e já podem ser consultados gratuitamente pela internet

Pela primeira vez desde 1872, quando foi realizado o primeiro Censo Demográfico no Brasil, os dados da maior pesquisa populacional brasileira, com detalhamento até por prédios e quarteirões, vai estar na internet. As pequenas divisões, chamadas "setores censitários", são feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para organizar a coleta de dados. Ao todo, são 316.574 setores no País - número quase 60 vezes maior que o total de municípios.

O recorte feito pelo IBGE no mapa das cidades brasileiras tenta respeitar uma média de 450 domicílios por setor. A cidade mais detalhada do País foi São Paulo: são 18.953 setores censitários. Em áreas rurais, como a concentração populacional é menor, cada divisão é bem maior. Também há diferenças dentro das cidades. Em locais muito populosos, o setor pode compreender apenas um prédio ou conjunto habitacional. Já em locais menos verticalizados, pode ter dois ou mais quarteirões.

Outro recorte divulgado ontem pelo IBGE foi o de subdistritos e bairros, que não engloba a capital paulista. Por ele, pode ser observado que em 970 bairros brasileiros a população cresceu mais que 50% na última década - e em 400, espalhados por todas as regiões, houve explosão populacional. Já o aumento da população brasileira foi de 12,3% entre 2000 e o ano passado.

Segundo Luiz Antônio Oliveira, coordenador de populações e indicadores sociais do IBGE, o crescimento de áreas periféricas - onde ainda há vazios urbanos que permitem novas construções - e a estagnação e até esvaziamento de bairros tradicionais foram um padrão que se repetiu em vários municípios do País na última década. "Bairros da periferia crescem mais. E os próximos do centro estão esgotados."

Entre os cinco bairros que tiveram maior aumento de população, dois estão em Varginha (MG), em áreas próximas de indústrias. Eram áreas praticamente inabitadas que agora superam mil habitantes. O bairro Industrial Miguel de Luca passou de apenas 7 moradores para 2.147. Industrial JK passou de 28 moradores para 1.049.

Capitais. A comparação entre localidades fica prejudicada pelo fato de que só 719 dos 5.565 municípios do País são oficialmente divididos em bairros. É o caso de São Paulo e de outras capitais, como Salvador, São Luís, Goiânia, Palmas e Brasília. Distritos e subdistritos compreendem áreas maiores que bairros.

O Censo 2010 aponta a existência de 14.402 bairros no País, quase o dobro do registrado em 2000. O IBGE estimula as prefeituras a incluir bairros na divisão oficial de seus territórios. A iniciativa, além de facilitar a base de comparação de dados, ajuda no planejamento local.

18/04/2012

População autodeclarada indígena cresceu 178% em três décadas, diz IBGE

Data: 18/04/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: BBC Brasil
Autor: Redação

O número de pessoas que se autodeclararam indígenas praticamente triplicou nos últimos trinta anos, passando de 294.131, em 1991, para 817.963, em 2010. Os dados constam de uma pesquisa divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE com base nos Censos de 1991, 2000 e 2010. Atualmente, segundo o órgão, os indígenas representam 0,4% da população brasileira. Em comparação ao Censo de 2000, a população indígena cresceu 11,4% (ou 84 mil pessoas), de 734.127 para 817.963, número bem menos expressivo do que no período 1991/2000, que registrou um aumento de 150% (ou 440 mil pessoas), de 294.131 para 734.127. De acordo com o IBGE, ainda que os povos indígenas tenham experimentado crescimento acelerado em função de altas taxas de fecundidade, os dados do Censo de 2000 superaram as expectativas, com um ritmo de crescimento anual de 10,8% no período 1991/2000. Tal fato refletiria o aumento do número de pessoas que, em 1991, se identificaram em outras categorias de "cor" ou "raça" e que, em 2000, passaram a se identificar como indígenas. O IBGE credita esse fenômeno ao processo de "etnogênese" ou "reterritorialização", quando "os povos indígenas reassumem e recriam suas tradições, após terem sido forçados a escondê-las e a negar suas identidades tribais como estratégias de sobrevivência".

População indígena no Brasil

1991

Urbana: 71.026

Rural: 223.105

Total: 294.131

2001

Urbana: 383.298

Rural: 350.829

Total: 734.127

2010

Urbana: 315.180

Rural: 502.783

Total: 817.963

Fonte: IBGE

Já os resultados do Censo 2010 revelaram, na comparação com 2000, um ritmo de crescimento anual de 1,1%.

Área Urbana x Área Rural

O Censo de 2010 também revelou que a maior parte dos indígenas (502.783 ou 61,5% da população total) reside atualmente em áreas rurais, enquanto que 315.180 moram em áreas urbanas (ou 38,5%).

Segundo o IBGE, há cada vez menos pessoas se autodeclarando indígenas nas cidades. Em 1991, esse contingente somava 71.026 pessoas, passou para 383.298 em 2000 e caiu para 315.180 em 2010.

A redução de 68 mil pessoas, a maior parte proveniente na região Sudeste, deve-se, segundo o IBGE, ao fato de que muitas pessoas deixaram de se classificar como indígenas nas cidades por não ter afinidade com seu povo de origem.

Por outro lado, no campo, o número de indígenas totalizava 223.105 em 1991, subiu para 350.829, em 2000, e chegou a 502.783 em 2010.

Entre as grandes regiões do país, a região Norte se manteve na liderança nos Censos de 1991 (42,2%), 2000 (29,1%) e 2010 (37,4%). A região também se destacou na área rural, com 50,5%, 47,6% e 48,6%, respectivamente.

Já no segmento urbano, o Sudeste concentrava 35,4% da população indígena em 1991 e 36,7% em 2000, mas o Nordeste passou a ter maior contingente de indígenas em cidades em 2010, com 33,7%.

Amazonas na dianteira

Em números absolutos, o Amazonas concentra a maior população indígena do país (168,7 mil pessoas, ou 20,6% do total), enquanto a menor está no Rio Grande do Norte (2,5 mil ou 0,3% do total).

Apenas seis estados registraram, em 2010, mais de 1% de população autodeclarada indígena (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima).

Por outro lado, 13 unidades da Federação apresentaram taxas de população indígena abaixo da média nacional (0,4%).

O Amazonas também lidera o ranking de municípios com maior população indígena. Dos dez primeiros, seis estão localizados no estado. O primeiro lugar ficou com São Gabriel da Cachoeira, com 29.017 indígenas, segundo o Censo de 2010.

No tocante à população relativa, ou seja, a proporção da população indígena na população total por municípios, quem encabeça a lista dos municípios é Uiramutã, em Roraima, onde 88,1% do total de habitantes se consideraram indígenas em 2010.

Expansão

A população indígena não só aumentou, como também se expandiu nas últimas três décadas. Segundo o Censo de 1991, em 34,5% dos municípios brasileiros, residia pelo menos um indígena autodeclarado.

No Censo de 2000, essa taxa cresceu para 63,5% e, de acordo com o Censo de 2010, chegou a 80,5% dos municípios brasileiros.

População indígena está presente em 80,5% dos municípios do País

Data: 18/04/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Estado de São Paulo
Autor: Clarissa Tomé

RIO - A população indígena brasileira está presente atualmente em 80,5% dos municípios do País, informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que comparou dados dos Censos de 1991 e 2010. Há duas décadas, os índios eram habitantes de apenas 34,5% das cidades.

No levantamento mais recente, 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas, o que representa 0,4% da população brasileira. Não foram objeto de estudo da pesquisa os povos indígenas brasileiros considerados "índios isolados", os quais, pela própria política de contato, não foram entrevistados.

Da população indígena, 315 mil residem em áreas urbanas. A região Nordeste tem a maior participação, com 33,7%, superando o Sudeste, que era líder na participação indígena urbana nos Censos de 1991 e 2000. Já entre os 502 mil residentes nas áreas rurais, a maior concentração está na região Norte (48,6%).

No Censo 2010, pela primeira vez o IBGE investigou o contingente populacional indígena no questionário básico, aplicado em todos os domicílios pesquisados. Em 1991 e 2000, a categoria "indígena" era pesquisada no quesito cor ou raça apenas no questionário completo, aplicado a uma parcela da população. O Censo 2010 também investigou etnia, língua fala e localização geográfica.

A divulgação das informações específicas do Censo 2010 para as terras indígenas está prevista para julho de 2012.

27/04/2012

Mortalidade infantil cai quase pela metade em dez anos, constata IBGE

Data: 27/04/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: Agência Brasil
Autor: Isabela Vieira

Rio de Janeiro - Dados divulgados hoje (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a mortalidade infantil caiu quase pela metade entre 2000 e 2010.

Os resultados gerais da Amostra do Censo 2010 constatam que o número de óbitos de crianças menores de 1 ano passou de 29,7 para 15,6 em cada mil nascidas vivas, uma queda de 47,6%.

Entre as regiões do país, o Nordeste registra a queda mais expressiva da mortalidade infantil. No período, o índice passou de 44,7 para 18,5 óbitos para cada mil crianças. Porém, ainda é o nível mais alto no país. O menor índice é o do Sul, de 12,6 mortes.

De acordo com a pesquisa, os principais fatores responsáveis pela queda do indicador são as políticas de medicina preventiva, curativa, saneamento básico, programas de saúde materna e infantil, além da valorização do salário mínimo e dos programas de transferência de renda.

O IBGE também destaca que a queda da mortalidade infantil está ligada ao aumento da escolaridade materna e à diminuição do número de filhos por mulher, observada desde a década de 1960. Entre 2000 e 2010, a taxa de fecundidade registrou queda e passou de 2,38 crianças por mãe para 1,9. A menor taxa é a do Sudeste (1,7 filho por mulher) e a maior, no Norte, 2,47.

Segundo o órgão, dessa forma, a taxa de fecundidade no Brasil está abaixo do chamado nível de reposição (2,1 filhos por mulher), que garante substituição das gerações na população.

Em SP e no Rio, maioria gasta até 1 hora para chegar ao trabalho

Data: 27/04/2012

Fonte: Folha de São Paulo

Assunto: Censo 2010

Autor: Venceslau Borlina

A maioria dos paulistanos e cariocas gastam entre meia hora e uma hora para se deslocar de casa ao trabalho. É o que revela a pesquisa inédita sobre deslocamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada nesta sexta-feira no Rio.

Segundo os dados, 35,37% dos 3,806 milhões de trabalhadores da capital paulista demoram até uma hora para chegar ao trabalho. Os que gastam de seis minutos até meia hora somam 28,44%, e os que levam mais de uma até duas horas são 25,16%.

No Rio, 36,26% dos 2,064 milhões de empregados gastam até uma hora para chegar ao trabalho. De acordo com a pesquisa, os que demoram de seis minutos a meia hora são 32,54%, enquanto os que levam mais de uma hora até duas horas somam 21,34%.

Nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, os trabalhadores de Itapeverica da Serra (14%) e de Japeri (20,63%) estão entre os que demoram mais de duas horas para chegar ao trabalho. As longas distâncias contribuem para a demora.

No país, o tempo gasto pelos trabalhadores para se deslocar de casa ao trabalho não é diferente das duas maiores cidades brasileiras. Segundo a pesquisa, a maioria dos trabalhadores gastam até uma hora para chegar ao trabalho.

Os Estados de Rondônia, Tocantins e Mato Grosso se destacam. Segundo os pesquisadores, os territórios nessas regiões são maiores e acabam influenciando na distância entre casa e trabalho. Nesses casos, nem sempre melhorias em transporte é a solução.

Além disso, de acordo com o IBGE, 10,1 milhões de trabalhadores no Brasil --ou 11,8% do total-- moram em um município, mas trabalham em outro. Os que se deslocam dentro do município somam 55 milhões, enquanto que os que trabalham em casa são 20 milhões.

ESTUDO

Segundo a pesquisa de deslocamentos do instituto, 4,4 milhões de estudantes no Brasil se deslocam para outro município para estudar. Os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Norte são os que têm os maiores percentuais de alunos nessa condição.

Norte e Nordeste concentram esgoto a céu aberto no país, segundo IBGE

Data: 2505/2012

Assunto: Censo 2010

Fonte: G1

Autor: Rosane D'Agostino e correspondentes dos estados

Dados são do Censo 2010 sobre características do entorno dos domicílios.

Goiânia e Belo Horizonte são cidades com melhor infraestrutura urbana.

As regiões Norte e Nordeste do país concentram o maior percentual de domicílios com esgoto a céu aberto ao redor, segundo estudo divulgado nesta sexta-feira (25) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O estudo foi realizado em 96,9% dos domicílios urbanos durante a pré-coleta do Censo 2010, com o objetivo de conhecer a infraestrutura urbana brasileira.

Segundo o IBGE, na região Norte 32,2% dos domicílios estão próximos a um local onde existe esgoto a céu aberto e, no Nordeste, são 26,3%, mais de um quarto dos domicílios. Foram observadas dez características, como iluminação, existência de placas de identificação de ruas, entre outros.

A existência de esgoto a céu aberto foi encontrada em 11% dos domicílios, e 5% tinham depósitos de lixo no entorno. Em todo o país, os municípios entre 500 mil e 1 milhão de habitantes registraram maior proporção nesse item.

Belém encabeça o ranking de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios (44,5%) entre 15 municípios com mais de 1 milhão de habitantes citados na pesquisa, e também o de lixo acumulado (10,4%).

São Luís também tem um percentual alto com relação ao esgoto, 33,9%, e Fortaleza aparece com 7,7% dos domicílios situados em locais com acúmulo de lixo.

Infraestrutura urbana

no entorno dos domicílios*

Iluminação pública	96,3%
Pavimentação	81,7%
Meio fio/ Guia	77%
Calçada	69%
Arborização	68%
Identificação de logradouro	60,5%
Bueiro/ Bocas de lobo	41,5%

Infraestrutura urbana no entorno dos domicílios*

Rampas	4,7%
Esgoto a céu aberto	11%
Lixo acumulado	5%

**Fonte: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos que possui a estrutura, Censo Demográfico 2010, IBGE*

Sucupira do Riachão, no Maranhão, concentrou o maior percentual de lixo acumulado nas ruas entre todas as cidades do país: 90,4% do total de domicílios.

Infraestrutura urbana

A iluminação pública foi a característica mais presente no entorno dos domicílios, atingindo 96,3%. Jutai, no Amazonas, é uma exceção. A cidade menos iluminada do país somou 5,4% de iluminação pública.

Em seguida, apareceram a pavimentação das vias (81,7%), meio fio/guia (77%), calçadas (69%), arborização (68%) e presença de placas de rua (60,5%).

Enquanto isso, bueiros para escoar as chuvas (41,5%) e rampa para cadeirantes (4,7%) foram considerados menos presentes.

As crianças estavam mais sujeitas a condições precárias: 15,1% delas, na faixa de 0 a 4 anos, viviam em áreas com esgoto a céu aberto e 6,4%, em locais com acúmulo de lixo.

Ainda segundo o IBGE, um total de cem cidades do país não possui placas de rua.

Mais de 1 milhão de habitantes

Entre os 15 municípios com mais de um milhão de habitantes, Goiânia e Belo Horizonte apresentaram a melhor infraestrutura urbana. Cidades do oeste paulista, na fronteira do norte com o Paraná, também apresentaram bons índices que as tornam bons locais para se morar.

Os percentuais de Goiânia são elevados na iluminação pública (99,6%), identificação de ruas (94,1%) e meio/fio calçada (97,5%). A exceção é a existência de bueiros (53,1%). Belo Horizonte se destacou com melhores percentuais para pavimentação (98,2%) e calçada (94%).

Essas cidades também apresentaram a menor parte de seus domicílios próximos a áreas de esgoto a céu aberto e depósito de lixo. Apenas 0,5% e 2,6%, respectivamente, para Goiânia, e 1,4% e 2,8% para Belorizonte.

Menos árvores

Belém (22,4%) e Manaus (25,1%), as duas maiores capitais da região amazônica, apresentaram os menores percentuais de arborização entre as 15 cidades citadas. "Essa foi uma surpresa para nós, porque não esperávamos encontrar um percentual baixo na Amazônia", diz a pesquisadora do IBGE, Dalea Antunes.

Goiânia é a mais arborizada, com árvores em 89,5% do entorno dos domicílios, seguida de Campinas (SP), com 88,4%, e Belo Horizonte, com 83%.

Acessibilidade

Porto Alegre é a cidade com mais rampas de acesso a deficientes físicos (23,3%) e Fortaleza, a com o menor percentual (1,6%). Apesar de um percentual acima do nacional, a acessibilidade na capital gaúcha ainda é restrita.

O G1 acompanhou o dia de um cadeirante nesta quinta (24) do bairro Farrapos, um dos mais movimentados de Porto Alegre, até o Centro. "Quando precisamos ir aos bairros, enfrentamos os obstáculos. E posso dizer tranquilamente que em todos os bairros há problemas", avalia Dilceu Flores Júnior, de 40 anos, 32 deles sobre uma cadeira de rodas.

Bueiros

As cidades com mais bueiros são Rio de Janeiro (84,6%) e Curitiba (84,3%) e as com percentual mais baixo são Fortaleza (16,5%) e São Luís (17,1%). Segundo o IBGE, a presença de bueiros e bocas de lobo está ligada diretamente ao alagamento nas grandes cidades.

Em Fortaleza, moradores reclamam de ruas onde existe apenas um bueiro, entupido. "Sempre que chove forte, a gente fica trancado dentro de casa. Não tem como trabalhar, como deixar criança na escola. Só sai se for de canoa", diz Tatiana da Silva, 31 anos, que mora no bairro Cajazeiras.

Por região

O Sudeste foi a região com a proporção mais alta dos domicílios que contam com os itens observados: 90,5% de pavimentação, 87,9% com meio-fio, 82,2% com calçada e 73,2% com identificação dos logradouros. O percentual de rampa para cadeirantes ficou em 5%.

A região Norte concentrou a menor incidência de placas de rua (36,1%), pavimentação (61,9%), arborização (36,7%), meio-fio/guia (46,1%) e calçadas (32,4%). A região também tem os maiores percentuais de lixo acumulado (7,8%) e esgoto a céu aberto (32,2%), características associadas ao meio ambiente e à saúde da população, segundo o instituto.

O Nordeste obteve as menores proporções de bueiros/bocas de lobo (18%), empatando com o Norte em relação ao menor percentual de rampa para cadeirantes (1,6%). Piauí é o estado com mais domicílios próximos a esgoto a céu aberto, somando 56 cidades com mais de 80% dos domicílios com esse problema.

O Centro-Oeste, além de possuir a mais elevada proporção de rampas para cadeirante (7,8%), tem a menor incidência de domicílios situados em logradouros com depósito de lixo (3,7%) e esgoto a céu aberto (2,9%),

Lixo acumulado

Ainda assim, contando todos os municípios brasileiros, Abadiânia (*abaixo*), em Goiás, é uma das cidades do país com maior percentual de lixo acumulado no entorno: 50,3% do total. A cidade fica a cerca de 115 km de Brasília e a 78 km de Goiânia e ficou famosa por ser a cidade do médium João de Deus, que neste ano recebeu uma visita da apresentadora norte-americana Oprah Winfrey. O G1 foi até o local e constatou que o grau de acúmulo de resíduos aumenta conforme a distância da praça central da cidade.

Já a prefeitura contesta a pesquisa e diz que os dados não estão de acordo com a realidade. "O IBGE está redondamente equivocado, isso não existe. [O instituto] deve ter feito a pesquisa em outra cidade. A coleta de lixo é feita diariamente em toda cidade com dois caminhões compactadores e dois que recolhem o material de varrição", afirma o secretário de Meio Ambiente e Turismo, José Augusto Taralovo.

Tamanho da população

Enquanto a iluminação pública é alta independentemente do tamanho da população, o acúmulo de lixo é maior quanto mais populosa a cidade. Até 20 habitantes, 3% dos domicílios sofrem com esse problema. Em cidades com mais de 1 milhão, o índice chega a 4,8%.

Já o esgoto a céu aberto é visto em menor intensidade nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes (7,8%) e em maior grau em municípios de mais de 500 mil a 1 milhão de habitantes (14,3%).

Pesquisa mostra que 30% das casas no País não têm calçadas no entorno

Data: 25/05/2012

Fonte: R7

Assunto: Censo 2010

Autor: Redação

Além disso, estudo do IBGE diz que cerca de 20% das ruas não têm pavimentação

Cerca de 30% do entorno dos domicílios particulares do País não possui calçadas. O dado foi divulgado nesta sexta-feira (25) e faz parte do estudo Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios, feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base no Censo 2010. Foram analisados 47.264.208 dos 48.759.012 domicílios urbanos do Brasil. De acordo com o instituto, 69% deles possuem calçadas.

O estudo mostrou ainda que 96,3% dos domicílios possuem iluminação pública no entorno, 81,7% possuem pavimentação e 77% têm meio-fio.

Surpreendentemente, o estudo trouxe baixos índices de lixo acumulado nos logradouros: apenas 5% apresentavam depósito de lixo no entorno. Outro índice baixo foi o de esgoto a céu aberto no entorno, ele foi registrado em apenas 11% dos domicílios. A presença de bueiro ou boca de lobo, segundo a pesquisa, foi de 41,5%.

A pesquisa foi realizada no entorno de 96,9% dos domicílios particulares permanentes urbanos do País. Segundo o IBGE, não foi investigado o entorno dos domicílios onde não havia face de quadra identificada, situação comum em favelas e comunidades de baixa renda.

De acordo com Wasmália Bivar, presidente do IBGE, a partir dessas características pode-se associar o entorno com os seus habitantes.

- As características investigadas do entorno nos permitem ampliar a qualidade de vida da população em relação à circulação, como a existência de calçadas, pavimentação e rampas, e meio ambiente, como lixo, esgoto a céu aberto e bueiros.

Serviços de limpeza

Ainda de acordo com o IBGE, os domicílios com maior índice de coleta de lixo também apresentaram os mais altos percentuais de iluminação pública (97,2%), pavimentação (83,7%), meio-fio ou guia (79,4%), calçada (71,4%), arborização (69,1%), identificação do logradouro (62,3%) e bueiro ou boca de lobo (43,1%) no entorno.

Rendimento mensal

Ainda segundo o estudo, o rendimento mensal domiciliar por pessoa tem influência direta nas características do entorno dos domicílios: na medida em que aumentavam os rendimentos, as casas apresentavam maiores índices de iluminação, calçamento e pavimentação, entre outros.

As casas em que a renda mensal per capita é de mais de dois salários mínimos apresentaram elevada proporção de iluminação pública (98,6%), pavimentação (94,0%), meio-fio/guia (91,3%), calçada (87,4%), arborização (78,5%), identificação do logradouro (76,9%), bueiro/boca de lobo (58,5%) e de rampa para cadeirante (12,2%). Além disso, essas áreas apresentaram baixa proporção de esgoto a céu aberto (3,8%) e lixo acumulado nas vias públicas (2,6%).

Na classe de rendimento de até um quarto de salário mínimo por pessoa, o estudo constatou que essas casas estavam em quadras que apresentavam 91,6% de iluminação pública, 61,7% de pavimentação, 56,8% de arborização, 55,7% de meio fio ou guia, 38,6% de identificação do logradouro, 45,4% de calçada, 20% de bueiro/boca de lobo e 1% de rampa para cadeirante. A incidência de domicílios com esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos logradouros era da ordem de 24,9% e 8,2%, respectivamente. Vale aqui novamente ressaltar que o estudo não analisou áreas como favelas e parte de comunidades de baixa renda.

29/06/2012

Censo: Igreja Universal perde adeptos, e Poder de Deus ganha

Data: 29/06/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo
Autor: Juliana Castro, Alessandra Duarte

RIO – A Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) perdeu fiéis entre o Censo 2010, divulgado nesta sexta-feira pelo IBGE, e o de 2000. Apesar do aumento da população brasileira no período analisado, a igreja fundada pelo bispo Edir Macedo perdeu 229 mil adeptos, passando de 2,102 milhões para 1,873 milhão. Os dados sobre religião são obtidos por meio de amostragem.

Já a Igreja Mundial do Poder de Deus ganhou 315 mil seguidores e apareceu pela primeira vez na lista de igrejas do Censo. A congregação foi fundada no final da década de 1990 por Valdemiro Santiago, após ele deixar a Igreja Universal, onde era pastor.

Igreja Mundial do Poder de Deus tem contas na Europa para doações

Em seu site, a Igreja Mundial do Poder de Deus diz que sua sede, em São Paulo, possui 43 mil m² e que tem mais de 1.400 igrejas no Brasil e exterior. Há canais específicos para fiéis de países como Estados Unidos, Filipinas, México, Argentinas, entre outros. Os pastores têm blogs, inclusive o fundador da igreja.

Em um link na página, os fiéis podem encontrar como fazer doações para a igreja. Os depósitos podem ser feitos em contas no Brasil, Estados Unidos, Portugal, Suíça e no resto da Europa.

Assembleia de Deus é a igreja que mais cresce entre os evangélicos

Entre aqueles que se declararam evangélicos em 2010, os de origem pentecostal (Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Nova Vida, entre outras) representavam 60% ou 10,4% da população. Já os de missão (luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas, adventistas, etc.) são 18,5% ou 4,1% dos brasileiros.

- O crescimento dos evangélicos foi impulsionado, principalmente, pelas igrejas pentecostais. As de missão pararam de crescer – explica Cláudio Dutra Crespo, da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

A Assembleia de Deus é a religião evangélica que mais cresceu entre 2000 e 2010, passando de 8,4 milhões para 12,3 milhões de fiéis.

Censo 2010: 95,2% das crianças com deficiência frequentam escola

Data: 29/06/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: JB Online
Autor: Redação

Dados do Censo 2010, divulgados hoje pelo IBGE, mostram que para a população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos uma das deficiências investigadas, a taxa de alfabetização foi de 81,7%, uma diferença de 8,9 pontos percentuais em relação ao total da população na mesma faixa etária (90,6%). A região Sudeste apresentou a maior taxa de alfabetização dessa população (88,2%) e a região Nordeste, a menor (69,7%).

Já em relação à taxa de escolarização, 95,2% das crianças de 6 a 14 anos com deficiência frequentavam escola, 1,9 pontos percentuais abaixo do total da população nessa faixa etária (97,1%). Para a mesma população, em nível regional, destacou-se a região Norte com a menor taxa de escolarização (93,3%), porém com a menor diferença entre crianças com (94,0%) e sem deficiência (93,3%), indicando que a inclusão escolar na região Norte sofre influência de outros fatores, como a infraestrutura de transporte. A maior diferença foi observada na região Sul, 97,7% e 95,3%, respectivamente.

Quando se observa o nível de instrução, a diferença é mais acentuada. Enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais. A menor diferença estava no ensino superior completo: 6,7% para a população de 15 anos ou mais com deficiência e 10,4% para a população sem deficiência. Destaca-se que na região Sudeste 8,5% da população de 15 anos ou mais com deficiência possuíam ensino superior completo.

Trabalhadores com deficiência representam 23,6% do total de pessoas ocupadas

Em 2010, a população ocupada com pelo uma das deficiências investigadas representava 23,6% (20,4 milhões) do total de ocupados (86,4 milhões). Das 44,0 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa (10 anos ou mais), 53,8% (23,7 milhões) não estava ocupada. Em relação ao total da população que não estava ocupada (75,6 milhões), a população com deficiência representava 31,3%.

Desigualdade de gênero no mercado de trabalho é reproduzida entre deficientes

Para analisar a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, utilizou-se como indicadores a taxa de atividade, que é o percentual de pessoas economicamente ativas na população de 10 ou mais anos de idade; e o nível de ocupação, que é o percentual de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referência.

Para a população com pelo menos uma das deficiências, a taxa de atividade foi de 60,3% para os homens contra 41,7% para as mulheres, uma diferença de 18,6 pontos percentuais. Já em relação ao nível de ocupação, a diferença foi de 19,5 p.p: 57,3% para os homens contra 37,8% para as mulheres.

Em relação à taxa de atividade por tipo de deficiência, a deficiência mental foi a que mais limitou a inserção no mercado de trabalho, tanto para homens como para mulheres (cujas taxas de atividade foram de 22,2% e 16,1%, respectivamente). A deficiência visual foi a que menos influenciou na taxa de atividade, que ficou em 63,7% para os homens e 43,9% para as mulheres. O mesmo foi observado para o nível de ocupação, que, no geral, ficou em 17,4% para pessoas com deficiência mental e 48,4% para pessoas com deficiência visual.

40,2% das pessoas com deficiência e ocupadas possuem carteira assinada

Considerando a posição na ocupação e categoria de emprego, constatou-se que a maioria das pessoas de 10 anos ou mais com deficiência, ocupadas na semana de referência, era empregada com carteira assinada (40,2%), uma diferença de 9 pontos percentuais em relação à população sem qualquer dessas deficiências (49,2%). Os percentuais de trabalhadores com deficiência por conta própria (27,4%), sem carteira (22,5%), militares e funcionários públicos

estatutários (5,9%) e não remunerados (2,2%) são maiores do que na população sem deficiência (20,8%, 20,6% e 5,5%; 1,7%, respectivamente) e na categoria empregador, a diferença foi de 0,3 p.p entre a população sem (2,1%) e com (1,8%) deficiência.

Rendimento: 46,4% das pessoas de 10 anos ou mais com deficiência recebem até 1 salário mínimo ou não recebem rendimento

Em relação ao rendimento nominal mensal de trabalho recebido pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com pelo menos uma das deficiências investigadas, observou-se que 46,4% dessa população ganhava até um salário mínimo ou não tinham rendimento, uma diferença de mais de nove pontos percentuais para população sem qualquer dessas deficiências (37,1%). As diferenças por existência de deficiência diminuem nas classes mais altas de rendimento.

Ao adicionar a essa análise o tipo de deficiência, constatou-se que, para as pessoas de 10 anos ou mais com deficiência mental ou motora, ocupadas na semana de referência, o maior percentual se encontrava nas classes de mais de meio a um salário mínimo de rendimento de trabalho (27,6% e 28,7%, respectivamente). Já a maior parte das pessoas de 10 anos ou mais com deficiência visual ou auditiva, ocupadas na semana de referência, concentrava-se na classe de 1 a 2 salários mínimos: 29,0% e 28,4%, respectivamente.

10-11/08/2012

Censo 2010: População indígena cresce 205% desde 1991

Data: 10/08/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo
Autor: Sergio Ramalho

RIO - Eles andavam por essas terras muito antes das naus portuguesas aportarem em nosso litoral. Apesar do tempo, pouco se conhecia sobre as populações indígenas brasileiras até o Censo 2010. Numa pesquisa inédita, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 896,9 mil índios viviam no país em 2010, divididos em 305 etnias e falando 274 línguas. A população indígena no país cresceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento no modelo atual. À época, os índios somavam 294 mil. O número chegou a 734 mil no Censo de 2000, 150% de aumento na comparação com 1991.

O resultado do estudo de 2010, o primeiro a checar a etnia e que foi divulgado na manhã desta sexta-feira, supera a literatura antropológica, que estimava em 220 o número de etnias e 180 tipos de línguas indígenas. Sob a lupa dos pesquisadores, contudo, o índio continua nu quando comparado ao restante da população: 52,9% deles não tinham qualquer tipo de rendimento e a proporção é ainda maior nas áreas rurais: 65,7%.

O censo mostra ainda que, até 2010, 6,2% não tinham nenhum tipo de registro de nascimento, mas 67,8% eram registrados em cartório. Já entre as crianças indígenas nas áreas urbanas, as taxas são próximas às da população em geral, ambas acima dos 90%. Dos 896,9 mil índios computados no recenseamento, 63,8% viviam em área rural e 36,2% em área urbana. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam "indígenas" de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

O estudo estatístico identificou 505 terras indígenas, cujo processo de identificação teve a parceria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no aperfeiçoamento da cartografia. Essas terras representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares), onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do universo pesquisado). Apenas seis terras indígenas tinham mais de 10 mil índios, 107 tinham entre mil e 10 mil, 291 tinham entre cem e mil, e em 83 residiam

até cem indígenas. A terra com maior população indígena é a Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil pessoas.

Ao investigar pela primeira vez o número de etnias indígenas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais), encontrando 305 etnias, das quais a maior é a Tikúna, com 46.045 integrantes ou 6,8% da população indígena. Com relação às 274 línguas faladas, o censo apurou que dos indígenas acima de 5 anos, 37,4% falavam uma língua indígena. Já o percentual de índios que falam português é de 76,9%. Mesmo com uma taxa de alfabetização mais alta do que a constatada no Censo 2000 (73,9), a população indígena ainda tem nível educacional mais baixo que o da população não indígena (76,7%).

A baixa remuneração é outro problema enfrentado pelos povos indígenas. Em 2010, 83% dos índios, com idade acima de 10 anos, recebiam até um salário mínimo ou não tinham rendimentos, sendo o maior percentual encontrado na região Norte (92,6%), onde 25,7% ganhavam até um salário mínimo e 66,9% não tinha rendimento. Em todo o país, apenas 1,5% da população indígena, com 10 anos ou mais de idade, ganhava mais de cinco salários mínimos, percentual que caía para 0,2% nas terras indígenas.

Somente 12,6% dos domicílios eram do tipo "oca ou maloca", enquanto que, no restante, predominava o tipo "casa". Mesmo nas terras indígenas, ocas e malocas não eram muito comuns: em apenas 2,9% das terras, todos os domicílios eram desse tipo e, em 58,7% das terras, elas não foram observadas.

Censo revela maior diversidade indígena

Data: 11/08/2012

Assunto: Censo 2010

Fonte: Folha de São Paulo

Autor: Denise Menchen

Pesquisadores creditam aumento de etnias ao maior número de pessoas que se dizem índios e à alta taxa de fecundidade

Antropóloga alerta para risco de extinção de línguas indígenas; há casos de povos que têm menos de 10 falantes

Ao investigar pela primeira vez as etnias e as línguas indígenas no Brasil, o Censo 2010 revelou um cenário mais diversificado do que o esperado por pesquisadores.

Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram encontradas 305 etnias e 274 línguas.

O número de indígenas chegou a 896.917, equivalente a 0,47% da população.

A pesquisa revelou que 57,7% dos índios do país vivem em terras de patrimônio da União e usufruto exclusivo deles. Em 2010, as 505 terras regularizadas ocupavam 12,5% do território nacional.

Segundo a pesquisadora Nilza Pereira, do IBGE, as informações disponíveis até então apontavam para a existência de cerca de 220 etnias e 180 línguas. Essas estimativas se baseavam em estudos antropológicos e linguísticos que não tinham a abrangência do Censo. "Estamos revelando um país que nem os pesquisadores conheciam."

A presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marta Maria do Amaral Azevedo, afirma que o alto número de etnias pode estar relacionado ao aumento de pessoas que passaram a se reconhecer como indígenas nas últimas décadas.

Essa também é a explicação para a expansão de 178% no número de indígenas desde 1991. "A taxa de fecundidade dos indígenas, principalmente nas áreas rurais, é maior do que a dos não indígenas, mas a demografia sozinha não explica esse aumento", diz Pereira, do IBGE.

Em 1991, 294,1 mil pessoas disseram ser indígenas quando questionadas sobre sua raça ou cor. Em 2000, o número ficou em 734,1 mil, puxado principalmente pela expansão nas áreas urbanas. Já em 2010, chegou a 817,9 mil.

O número final do Censo 2010, porém, incluiu ainda 78,9 mil pessoas que disseram ser de outra cor, mas se consideraram indígenas por suas tradições e costumes.

Essa segunda pergunta, feita apenas nas terras indígenas, elevou o total de indígenas no país a 896,9 mil.

IDENTIDADE

Nas terras indígenas, a identidade cultural se mostrou mais preservada.

No total, 89,5% dos indígenas que viviam em áreas demarcadas souberam informar sua etnia e 57,3% disseram falar língua indígena. Fora das terras, esses percentuais são 55,2% e 12,7%, nessa ordem.

Na média, 17,5% não falam português, aponta o Censo.

Além disso, cerca de um quarto das línguas indígenas tem até dez falantes e quase metade tem até 50.

"Isso pode indicar um risco de extinção da língua", diz a antropóloga Ana Gita de Oliveira, do Iphan (instituto do patrimônio histórico nacional). A presidente da Funai diz, porém, que só análise mais detalhada dos dados pode indicar se há esse risco.

17/10/2012

Cresce número de famílias com mulheres no comando

Data: 17/10/2012

Fonte: Agência Brasil

Assunto: Censo 2010

Autor: Akemi Nitahara

Rio de Janeiro – O Censo 2010 mostrou um aumento das famílias sob responsabilidade exclusiva das mulheres, que passou de 22,2%, em 2000, para 37,3% em 2010. Os dados estão na pesquisa Censo Demográfico 2010 - Famílias e domicílios - Resultados da Amostra, divulgada hoje (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma novidade na pesquisa foi a investigação sobre a responsabilidade compartilhada entre o casal na manutenção do lares. Nos domicílios ocupados por apenas uma família, 34,5% estavam nessa condição, o que soma 15,8 milhões de casas.

De acordo com o técnico do IBGE Gilson Mattos, nas famílias secundárias, que convivem com a principal, foi verificado que 53,5% são chefiadas somente por mulheres. "Provavelmente por conta de um divórcio, uma filha volta para a casa dos pais ou a filha tem um filho, mas não contrai matrimônio, continua na casa dos pais."

Outro dado divulgado hoje foi a verificação do aumento na proporção de unidades domésticas unipessoais (com apenas um morador), que passaram de 9,2%, em 2001, para 12,1% em 2010. A coordenadora da pesquisa, Ana Lúcia Saboia, explica que, em muitos casos, são idosos cujos filhos já saíram de casa e perderam seus cônjuges.

"Há estudos que mostram que [isso] não é economicamente sustentável, um problema que tem ocorrido muito em países desenvolvidos. Nos países escandinavos, 40% das unidades domésticas são de pessoas que moram sozinhas, isso preocupa tanto pela questão econômica quanto pelo comportamento. No Brasil, esse fenômeno está começando a se configurar com as pessoas mais idosas", explicou.

A coordenadora cita alguns motivos para isso. "Uma porque envelheceram e perderam o companheiro e acabaram morando sozinha ou por opção mesmo", destaca. Essa situação é verificada no caso de 39,5% das mulheres e 10,4% dos homens, enquanto entre os solteiros a proporção sobe para 58,9% dos homens e cai para 38,7% das mulheres.

Censo 2010: Casais sem filhos representam 20,2% das famílias

Data: 17/10/2012

Assunto: Censo 2010

Fonte: O Globo

Autor: Cássia Almeida

RIO - Mais casais sem filhos, mais mães sozinhas com filhos e pessoas morando sozinhas. Esse é o perfil das famílias que o Censo 2010 captou e foi divulgado nesta quarta-feira pelo IBGE. Pelos cálculos do instituto, os casais sem filhos passaram a representar 20,2% dos arranjos familiares em 2010 contra 14,9% em 2000, assim como as famílias de mães sozinhas com filhos, que aumentou de 15,3% para 16,2%.

"Mudanças na estrutura das famílias, maior participação da mulher no mercado de trabalho, baixas taxas de fecundidade e o envelhecimento da população influenciaram no aumento do percentual de casais sem filhos", diz o relatório do censo.

A responsabilidade pelo lar ainda é majoritariamente masculina, mas a presença feminina como referência no domicílio cresceu significativamente em uma década. Saiu de 22,2% para 37,3% a parcela da mulheres chefes de famílias. O IBGE, nesse capítulo, traçou também um perfil de quem é esse chefe de família. Em apenas 46,4% das casas, onde as mulheres são chefes, há cônjuges, enquanto entre os homens esse percentual sobe para 92,2%.

Essas proporções eram bem diferentes em 2000. Nos lares das mulheres responsáveis, em somente 19,5% haviam marido. Já nas casas chefiadas por homens, essa parcela chegava a ser 95,3%, mostrando que a mulher responsável ainda é bem mais presente quando não há uma presença masculina no lar. "O ingresso maciço no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior combinados com a redução da fecundidade são fatores que podem explicar esse reconhecimento da mulher como responsável pelo família", diz a pesquisa.

No quesito escolaridade, apesar de a maioria (50,8%) ter apenas até o fundamental incompleto, a proporção de chefes com ensino superior subiu de 6,3% para 10% em dez em 10 anos. A formação no ensino médio também cresceu, chegando a 23,4%, em 2000, representavam 15,5%.

Os responsáveis estão entre 30 e 54 anos (56,8%) e são brancos (48,6%) em sua maioria. Os pretos chefiavam 8,9% dos lares, uma parcela maior que a sua participação na população de 7,6%. O censo também mostrou que a renda familiar não é de exclusividade do chefe: 62,7% das famílias, responsável e cônjuge têm renda. Em 21,2% dos lares onde a mulher é referência, ela não tem rendimento.

Famílias que vivem com outras na mesma casas representam 15,4%

O IBGE divulgou ainda o total de domicílios em que há mais de uma família convivendo na mesma casa. As chamadas famílias conviventes estão presentes em 15,4% dos lares. Uma parcela considerável dessas famílias secundárias (21,8%) são sem rendimento, "o que pode estar associado ao fato de que a maioria é composta por mulher sem cônjuge com filhos, sendo a maioria dessas mulheres filha do responsável ou do cônjuge da família principal", diz o IBGE. Duas famílias convivendo juntos são mais presentes nas regiões mais pobres do país: no Norte representam 23,1% e no Nordeste, 17,6%.

Quanto à responsabilidade do lar, o IBGE pesquisou se essas famílias dividem a administração do domicílio e encontrou 34,5% das casas onde há divisão das responsabilidades. Quanto maior o nível de instrução, maior a divisão. Nos lares onde o casal tem ensino superior, a responsabilidade compartilhada sobe para 45,2%.

O IBGE investigou também as famílias mosaico, nome dado às famílias formadas por segunda ou terceira união. Elas já representam 16,3% do arranjo casal com filhos.

19/12/2012

Mulheres chegam ao mercado de trabalho mais preparadas que homens

Data: 19/12/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: R7
Autor: Redação

Em 2010, 12,5% das trabalhadoras em 2010 tinham concluído ensino superior. As mulheres brasileiras chegam ao mercado de trabalho com mais tempo de estudo e preparo para suas funções. É o que revela o Censo Demográfico 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado nesta quarta-feira (19).

De acordo com o estudo, em 2010, 12,5% do total de mulheres tinham ensino superior completo. No mesmo período, 9,9% dos homens tinham concluído a graduação.

Na população ocupada, ou seja, trabalhando, a distância entre homens e mulheres com superior completo aumenta.

Ao todo, 19,2% das trabalhadoras na época tinham feito uma faculdade, enquanto apenas 11,5% dos homens tinham diploma de curso superior.

O percentual de trabalhadores com pouco estudo também é menor entre as mulheres. Enquanto quase metade dos homens ocupados, 45,4%, não tinham instrução ou cursavam o ensino fundamental em 2010, 34,7% das mulheres estavam na mesma situação.

Número de mulheres ocupadas cresceu 24% em 10 anos, diz IBGE

Data: 19/12/2012
Assunto: Censo 2010

Fonte: G1
Autor: Redação

Presença feminina passou de 35,4%, em 2000, para 43,9%, em 2010. Homens representaram 63,3% da população ocupada em 2010.

As mulheres aumentaram sua presença entre a população ocupada, com mais de 10 anos de idade, em todo o país. A população total registrada foi de 161.981.299, sendo 86.353.839 pessoas com trabalho. Em 2000, as mulheres representavam 35,4% do total e chegaram a 43,9% em 2010, registrando um aumento de 24% em 10 anos. Elas também têm o maior percentual com nível superior entre a população ocupada (19,2%), em comparação com os homens, que é de 11,5%.

Os dados são do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quarta-feira (19).

Apesar do crescimento, o sexo feminino ainda está atrás do masculino, já que eles representavam 61,1% da população ocupada em 2000 e passaram para 63,3% em 2010, um crescimento de 3,5%.

Por outro lado, o percentual de mulheres com nível superior completo é maior entre a população geral e também entre a população ocupada. Os homens com pelo menos o nível superior de graduação completo eram 9,9% do total e as mulheres, 12,5% em 2010. Já somente entre a população ocupada, os indicadores foram 11,5% e 19,2%, respectivamente.

O nível de ocupação das mulheres com pelo menos o curso superior completo chegou a 78,2%, mais que o dobro do das mulheres sem instrução ou com o fundamental incompleto (36,9%).

De 2000 para 2010, o nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade subiu de 47,9% para 53,3%. A presença das mulheres também aumentou nas grandes regiões, passando de 20,9% para 28,4%.

O nível da ocupação na área urbana também cresceu, passando de 47,6% em 2000 para 53,8% em 2010. Na área rural, o índice foi de 49,6% para 50,7%.

Ocupação e escolaridade

Em 2010, as pessoas sem instrução ou com o nível fundamental incompleto representaram 49,3% da população e as com pelo menos o superior de graduação completo, 11,3%, já entre a população ocupada, os indicadores foram de 40,8% e 14,7%, respectivamente.

A ocupação entre crianças e adolescentes que não frequentavam escola foi de 17,5% no grupo etário de 10 a 13 anos, 23,2% no de 14 ou 15 anos, e 37,5% no de 16 ou 17 anos de idade. O percentual caiu entre os que estudavam, registrando, respectivamente, 4,8%, 11,7% e 23,8%.

O nível da ocupação das pessoas de 25 anos ou mais de idade cresceu de acordo com o nível de instrução. Enquanto a população sem instrução ou com nível fundamental incompleto representou 51,8%, as pessoas com pelo menos o nível superior completo chegaram a 81,7%.

O grupo de profissionais das ciências e intelectuais detém o nível de instrução mais elevado, com 65% das pessoas com nível superior completo. Em seguida estão diretores e gerentes, com 34,6%.

Já na liderança da faixa de escolaridade de nível médio completo e superior incompleto estão: membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (60,4%), trabalhadores de apoio administrativo (58,7%), técnicos e profissionais de nível médio (53,2%) e trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (41,5%).

No grupo de menor nível de instrução (sem instrução ou nível fundamental incompleto) estão: trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (78,3%), ocupações elementares (61,2%), trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (50,9%) e operador de instalações e máquinas e montadores (42,9%).

A categoria de militares e funcionários públicos estatutários registrou 46,3% da pessoas com nível superior completo. Entre os empregados, 33,1% têm nível superior. Por outro lado, 48,7% dos trabalhadores por conta própria não têm instrução ou têm nível fundamental incompleto, apenas 9,8% têm nível superior completo.

Já no grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, 81,8% não têm instrução ou possuem apenas o fundamental incompleto. Entre os trabalhadores não remunerados, 59,9% têm o menor nível de instrução, e 60,8% dos trabalhadores domésticos também estão nesse grupo.

O total de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto ficou em 44,2% na área urbana, e 79,6% na área rural. Já na população ocupada, os índices caíram para 35,2% na área urbana, e 76,1% na área rural.

Presença feminina e masculina

Entre os homens ocupados, 60,1% estavam concentrados em 4 seções de atividade: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (17,5%), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (17,1%), indústrias de transformação (13,3%) e construção (12,2%).

Já na população feminina, 61,5% estavam em 5 seções de atividade: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (16,7%), serviços domésticos (15,1%), educação (10,1%), indústria de transformação (9,8%) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (9,7%).

A seção com maior a predominância feminina foi a de serviços domésticos, com 92,7%. Em seguida estão educação (75,8%) e saúde humana e serviços sociais (74,2%).

A participação das mulheres ainda foi maior do que a dos homens no grupo de outras atividades dos serviços (62,5%), alojamento e alimentação (54,9%) e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (50,3%).

Rendimentos

De 2000 para 2010, o rendimento real médio mensal de todos os trabalhos cresceu 5,5%. No

grupo dos 10% com as maiores remunerações, houve perda real de 5,3% e já no segmento dos 10% com as menores remunerações, o crescimento real foi de 35,9%.

O rendimento real dos empregadores caiu 18,6% (de R\$ 6.138 para R\$ 4.994) entre 2000 e 2010, enquanto o dos empregados e dos trabalhadores por conta própria cresceu, respectivamente, 15,8% (de R\$ 1.018 para R\$ 1.079) e 6,5% (de R\$ 1.237 para R\$ 1.317).

Nos subgrupos e categorias dos empregados, o maior ganho real foi o de militares e funcionários públicos estatutários, que passou de R\$ 1.708 para R\$ 2.407, seguido por trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, de R\$ 478 para R\$ 640, e sem carteira de trabalho assinada, de R\$ 309 para R\$ 393. Os menores ganhos foram os dos demais empregados com carteira de trabalho assinada, de R\$ 1.252 para R\$ 1.289, e sem carteira de trabalho assinada, de R\$ 648 para R\$ 736.

Empregados e empregadores

A categoria que mais concentrou pessoas foi a dos empregados, com 70,8%, sendo que o sexo feminino (74,6%) teve maior presença do que o sexo masculino (68,1%).

Apenas 2% dos ocupados são empregadores e 21,5% são trabalhadores por conta própria. Os não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo representaram 4,8% na população de 18 anos ou mais de idade, 57,5% no grupo de 10 a 13 anos, 31,8% no de 14 ou 15 anos e 14,6% no de 16 ou 17 anos.

Entre os empregados com carteira assinada, os homens tiveram participação de 67,7% e as mulheres 59,3%. Por outro lado, entre os militares e funcionários público estatutários (com registro), o sexo feminino chegou a 9,5% e o sexo masculino ficou com 6,1%. No grupo dos trabalhadores sem carteira assinada, as mulheres também são maioria, com 31,2%, enquanto os homens registraram 26,3%.

De 2000 para 2010, no subgrupo dos trabalhadores domésticos, a categoria dos com carteira de trabalho assinada passou de 29,8% para 33,8%. O percentual das pessoas com carteira de trabalho assinada no subgrupo dos trabalhadores domésticos subiu de 28,6% para 33,3%, para as mulheres, e declinou de 43,8% para 40,6%, para os homens.

Mais de um trabalho

Em 2010, as pessoas que tinham mais de um trabalho constituíam 4,3% da população ocupada, sendo 4% na masculina, e 4,6% na feminina. As pessoas com mais de um trabalho também se concentravam na área urbana (4,5%). Em 2000, esses percentuais estavam em 3,5%, para o total, 3,2%, para os homens, 4,1%, para as mulheres e 3,7% em área urbana.

Em 2010, no total de pessoas com mais de um trabalho, havia 36,2% com menos o nível superior de graduação completo, enquanto que, para aquelas com um trabalho, o percentual ficou em 11,6%.

Horas trabalhadas

A maioria das pessoas ocupadas trabalha 40 a 44 horas por semana. Entre os homens o índice foi de 47,6% e entre as mulheres foi de 43,8%, em 2010. Em 2000, os percentuais estavam em 34,8% e 32,9%, respectivamente.

Já no grupo que trabalha menos de 40 horas semanais, as mulheres ocupadas eram 34,4%, enquanto os homens, 19,6%.

No contingente de crianças e adolescentes, quanto menor a idade maior foi a concentração nos grupos de horas trabalhadas mais baixos (até 14 horas e 15 a 29 horas). As pessoas que trabalhavam até 14 horas semanas representavam 40,7%, no grupo etário de 10 a 13 anos, 24,8%, no de 14 ou 15 anos, e 13,6% no de 16 ou 17 anos.

Na população adulta jovem e de meia-idade (18 a 59 anos de idade), 7,3% trabalhavam até 14 horas semanais. Com relação às pessoas idosas, a participação nos grupos de horas trabalhadas mais baixos superava a dos adultos jovens e de meia-idade. Na faixa etária de 70 anos ou mais, 22,6% trabalhavam até 14 horas semanais.

Rendimento domiciliar

De 2000 para 2010, o rendimento real médio mensal domiciliar aumentou 15,2%, passando de R\$ 2.303 para R\$ 2.653.

Em 2010, o índice de Gini da distribuição do rendimento mensal domiciliar foi 0,567, caindo 5,0% em relação a 2000 (0,597). Em todas as grandes regiões houve redução nesse índice,

sendo que a queda mais expressiva se deu na Região Sul (9,4%) e as menores nas Regiões Norte e Sudeste (ambas de 4,3%). Em 2010, o mais alto índice de Gini do rendimento mensal domiciliar foi o do Distrito Federal (0,600) e o menor, de Santa Catarina (0,475). No caso do rendimento real mensal domiciliar per capita, de 2000 para 2010, houve aumento de 28,6% no Brasil, e o índice de Gini passou de 0,634 para 0,600, uma queda de 5,4%.

Deslocamento

Entre as 61.588.447 pessoas ocupadas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente, 65,3% gastavam até 30 minutos e 11,4% utilizavam mais de 60 minutos.

A existência de grandes concentrações urbanas, como as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de várias outras cidades com considerável poder de atração de trabalhadores, pode ser uma das razões para a variação regional dos percentuais dos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente, de 17,6% e 7,6%, para até 5 minutos, e de 0,3% e 4,4% (229.512 pessoas) para mais de 120 minutos.

A análise conjunta dos deslocamentos para trabalho e estudo indicou que, dos 161.981.299 habitantes, com 10 anos ou mais de idade, em 2010, 11.856.056 trabalhavam e estudavam, 28.813.417 apenas estudavam e 74.497.783 apenas trabalhavam.